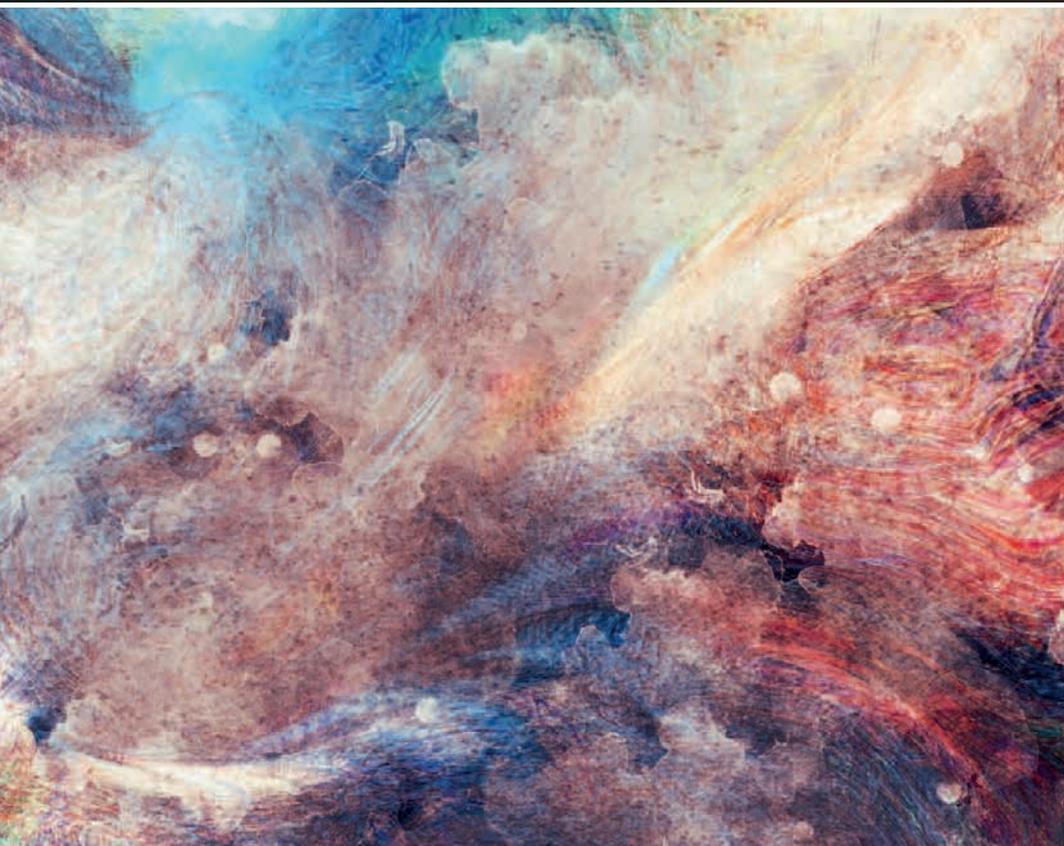


Cadernos **IHU** *ideias*



ISSN 1679-0316 (impresso) • ISSN 2448-0304 (online)
Ano 17 • nº 280 • vol. 17 • 2019



Mistérios da economia (divina) e do ministério (angélico).

Quando a teologia fornece um paradigma para
a filosofia política e esta retroage à teologia

Alain Gignac



Mistérios da economia (divina) e do ministério (angélico).

Quando a teologia fornece um paradigma para
a filosofia política e esta retroage à teologia

Mysteries of (divine) economy and (angelic) ministry.

*When theology provides a paradigm for political philosophy
and this retroact to theology*

Resumo

Busco por meio deste artigo, compreender a influência da religião na estrutura de poder moderna e a necessidade de resgate, pelo cristianismo, de um tempo messiânico, a partir da obra de Giorgio Agamben. Segundo Agamben, antes mesmo de o Estado moderno inventá-lo, o governo burocrático encontra sua assinatura na organização angélica”, isso tem reflexos na forma como a economia opera na sociedade atual. Nesse sentido, a economia moderna tem a necessidade de um mistério para sobreviver, a partir disso, se torna urgente desvelar tal mistério.

Palavras-chave: Agamben; Economia; Teologia

Abstract

Through this paper, I try to understand the influence of religion on the modern power structure and the need to rescue, through Christianity, a messianic time, from the work of Giorgio Agamben. According to Agamben, even before the modern state invented it, bureaucratic government finds its signature in the angelic organization, “this has repercussions on the way the economy operates in today’s society. In this sense, the modern economy needs a mystery to survive, and from that, it becomes urgent to unveil this mystery.

Keywords: Agamben; Economy; Theology

Cadernos
IHU *ideias*

**Mistérios da economia (divina) e
do ministério (angélico).
Quando a teologia fornece um
paradigma para a filosofia política e
esta retroage à teologia**

Alain Gignac

Universidade de Montreal

ISSN 1679-0316 (impresso) • ISSN 2448-0304 (online)
ano 17 • nº 280 • vol. 17 • 2019

Tradução: Vanise Dresch



INSTITUTO
HUMANITAS
UNISINOS



UNISINOS

Cadernos IHU ideias é uma publicação quinzenal impressa e digital do **Instituto Humanitas Unisinos** – IHU que apresenta artigos produzidos por palestrantes e convidados(as) dos eventos promovidos pelo Instituto, além de artigos inéditos de pesquisadores em diversas universidades e instituições de pesquisa. A diversidade transdisciplinar dos temas, abrangendo as mais diferentes áreas do conhecimento, é a característica essencial desta publicação.

UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS – UNISINOS

Reitor: Marcelo Fernandes de Aquino, SJ

Vice-reitor: Pedro Gilberto Gomes, SJ

Instituto Humanitas Unisinos

Diretor: Inácio Neutzling, SJ

Gerente administrativo: Nestor Pilz

ihu.unisinos.br

Cadernos IHU ideias

Ano XVII – Nº 280 – V. 17 – 2019

ISSN 1679-0316 (impresso)

ISSN 2448-0304 (online)

Editor: Prof. Dr. Inácio Neutzling – Unisinos

Conselho editorial: MS Rafael Francisco Hiller; Profa. Dra. Cleusa Maria Andreatta; Prof. MS Gilberto Antônio Faggion; Prof. Dr. Lucas Henrique da Luz; MS Marcia Rosane Junges; Profa. Dra. Marlene Maia; Profa. Dra. Susana Rocca.

Conselho científico: Prof. Dr. Adriano Naves de Brito, Unisinos, doutor em Filosofia; Profa. Dra. Angelica Massuquetti, Unisinos, doutora em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade; Profa. Dra. Berenice Corsetti, Unisinos, doutora em Educação; Prof. Dr. Celso Cândido de Azambuja, Unisinos, doutor em Psicologia; Prof. Dr. César Sanson, UFRN, doutor em Sociologia; Prof. Dr. Gentil Corazza, UFRGS, doutor em Economia; Profa. Dra. Suzana Kilpp, Unisinos, doutora em Comunicação.

Responsável técnico: MS Rafael Francisco Hiller

Imagem da capa: background-2734972_1920(pixabay)

Revisão: Carla Bigliardi

Editoração: Gustavo Guedes Weber

Impressão: Impressos Portão

<p>Cadernos IHU ideias / Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Instituto Humanitas Unisinos. – Ano 1, n. 1 (2003)- . – São Leopoldo: Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2003- . . v. Quinzenal (durante o ano letivo). Publicado também on-line: <http://www.ihu.unisinos.br/cadernos-ihu-ideias>. Descrição baseada em: Ano 1, n. 1 (2003); última edição consultada: Ano 11, n. 204 (2013). ISSN 1679-0316 1. Sociologia. 2. Filosofia. 3. Política. I. Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Instituto Humanitas Unisinos.</p> <p style="text-align: right;">CDU 316 1 32</p>

Bibliotecária responsável: Carla Maria Goulart de Moraes – CRB 10/1252

ISSN 1679-0316 (impresso)

Solicita-se permuta/Exchange desired.

As posições expressas nos textos assinados são de responsabilidade exclusiva dos autores.

Toda a correspondência deve ser dirigida à Comissão Editorial dos Cadernos IHU ideias:

Programa Publicações, Instituto Humanitas Unisinos – IHU
Universidade do Vale do Rio dos Sinos – Unisinos
Av. Unisinos, 950, 93022-750, São Leopoldo RS Brasil
Tel.: 51.3590 8213 – Fax: 51.3590 8467
Email: humanitas@unisinos.br

MISTÉRIOS DA ECONOMIA (DIVINA)
E DO MINISTÉRIO (ANGÉLICO).
QUANDO A TEOLOGIA FORNECE UM PARADIGMA PARA A
FILOSOFIA POLÍTICA E ESTA RETROAGE À TEOLOGIA¹

Alain Gignac

Universidade de Montreal

“Suggerirei a chiunque desideri comprendere veramente quel che accade oggi di non trascurare la teologia. [...] Come ne lo Stato d’eccezione, parafrasando, il monito di Alberico Gentile, provocavo i giuristi ad affrontare questo istituto giuridico dal loro proprio punto di vista, inviterei oggi i teologi a fare altrettanto, a affrontare come teologi questo problema, la cui rimozione ha avuto conseguenze nefaste sia in teologia che in politica.”²

Introdução: minha postura

O reino e a glória talvez seja a obra mais diretamente teológica de Giorgio Agamben³. Meu objetivo aqui é propor uma interpretação do dispositivo bipolar da economia divina, tal qual reconstituído (ou construído a partir do zero?) por Agamben. Vou me basear principalmente em dois capítulos do livro (os capítulos II e VI) que marcam duas inversões seme-

1 Reúno aqui minhas duas apresentações no VI Colóquio Internacional IHU. Política, Economia, Teologia. Contribuições de Giorgio Agamben (Unisinos, São Leopoldo, 24 e 25 de maio de 2017).

2 SACCO. Entrevista a Giorgio Agamben: dalla teologia politica alla teologia economica. *Rivista della Scuola superiore dell’economia e delle finanze* de 2004, on-line: 2010-02-01. <<http://www.rivista.ssef.it/www.rivista.ssef.it/site623b.html?page=20040308184630627&edition>>. “Recomendo a todos aqueles que realmente desejam compreender o que está acontecendo hoje não negligenciar a teologia. [...] Assim como, em *O Estado de Exceção*, em que, parafraseando a advertência de Alberico Gentile, provoquei os juristas a enfrentarem a instituição jurídica a partir de sua própria perspectiva, exorto os teólogos hoje a fazer o mesmo, a confrontar como teólogos esse problema [da economia], cujo eclipse teve consequências desastrosas tanto na teologia quanto na política.”.

3 AGAMBEN. *O reino e a glória: uma genealogia teológica da economia e do governo: Homo Sacer*, II, 2. São Paulo: Boitempo, 2011 (italiano 2007).

lhantes e muito importantes na exposição do filósofo italiano: uma delas é a inversão da “economia do mistério” em “mistério da economia”; a outra, a inversão do “ministério do mistério” em “mistério do ministério”.

Minha postura, porém, é um pouco aquela de um “impostor”⁴. Não sou filósofo nem especialista dos padres da Igreja ou de Tomás de Aquino. Nunca li textualmente uma página de Heidegger e mal toquei em Michel Foucault – dois pensadores essenciais para compreender Agamben. Sou apenas um exegeta, especialista em epístolas do Novo Testamento, especialmente as epístolas paulinas. Aliás, foi no campo dos estudos paulinos que conheci Agamben, através de um “comentário” sobre a Carta aos Romanos intitulado *O tempo que resta*⁵. Esse é um pequeno livro, paralelo à série *Homo sacer*, que recapitula várias intuições apresentadas nessa série de nove livros, entre os quais *O reino e a glória*. De acordo com Agamben, não podemos entender a nossa época sem ler São Paulo, e só podemos entender São Paulo em nossa época. Até agora, ninguém entendeu o pensamento do apóstolo – inclusive, entre outros, um certo Martinho Lutero que, quinhentos anos atrás, expôs suas famosas teses! Em outras palavras, Paulo é a figura que torna possível entender a estrutura do tempo messiânico, e o tempo messiânico é a solução para as aporias políticas do nosso tempo.

No mundo francófono, acredito ser um dos poucos estudiosos da Bíblia a ter levado a sério Agamben⁶, não por causa de seu rigor exegetico (deve-se admitir que ele tem um jeito próprio de ler, não convencional, associativo, eclético, quase “rabínico”), mas porque, tal qual um escriba instruído do *Reino* dos céus, ele extrai o novo e o velho das cartas de Paulo⁷. Podemos afirmar que a “novidade” agambeniana tem potencial para abalar o vasto “pequeno mundo” exegetico, ao despertar os exegetas, desestabilizando-os e tirando-os de sua zona de conforto. Porque a exegese paulina, especialmente na perspectiva histórica (com seus avatares retóricos e sociocríticos), repete-se muito, sobretudo num ambiente de língua inglesa que sofre de verborragia. Mas Agamben vai direto ao ponto e vê coisas que ninguém vê, estabelece conexões que ninguém

4 Nota da tradução: o jogo de palavras é explicitamente desejado pelo autor.

5 _____. *O tempo que resta*. Um comentário à carta aos romanos. Autêntica, 2016b. *Ibid.*

6 Com exceção do meu colega: CUVILLIER. Le “temps messianique”: réflexion sur la temporalité chez Paul. In: DETTWILER, Andreas; KAESTLI, Jean-Daniel et al (Ed.). *Paul, une théologie en construction*. Genève: Labor et Fides, 2004, pp. 187-213.

7 “Por isso, todo escriba instruído acerca do Reino dos céus é semelhante a um pai de família que tira do seu tesouro coisas novas e velhas.” (Mt 13,52, as citações bíblicas foram extraídas de ARC 2009 – Almeida Revista e Corrigida). Pode-se criticar Agamben por uma abordagem rabínica ou, pelo menos associativa, em suas leituras, mas certamente não se pode criticá-lo por não ser fascinado pelo reino!

havia pensado. Acima de tudo, ele devolve a Paulo seu status de pensador político. Em suma, o gesto de Agamben é fascinante e sedutor, mas poucos se interessam por isso.

Foi então por eu ter escrito três breves estudos sobre “Paulo e Agamben” que fui convidado a redigir o presente ensaio⁸. Mas por que um teólogo deveria se interessar por Agamben? O que buscaríamos na sua obra prolixa? As análises lúdicas e ecléticas do filósofo italiano nos divertem por seu brilhantismo? Ou, mais seriamente, seu diagnóstico sobre a biopolítica nos abriria os olhos, como uma espécie de revelação? Sabemos que Agamben é agnóstico. O fato de um filósofo agnóstico fazer uso da teologia, de sua história e de seus conceitos para pensar sobre o político talvez envaideça nossa identidade de teólogos e teólogas, que buscamos reconhecimento... Mas em que sentido um filósofo que recorre à teologia pode ser útil para ela ou para os teólogos? A menos que se tenha de ser honesto e, talvez, fazer uma objeção: um filósofo que tortura a teologia teria direito ao reconhecimento entre os teólogos?

De início, é bom levantar algumas questões. No entanto, para além das críticas que possam ser feitas a Agamben (e ninguém se constrangeu em fazê-las) do ponto de vista filosófico, teológico ou bíblico (voltarei a isso mais adiante), minha pergunta incômoda não é: Como as análises teológico-políticas de Agamben lançam luz sobre o governo de nosso tempo? Minha pergunta é a seguinte: *Quais são os impactos retroativos dessas análises na teologia?* Em outras palavras, não tanto a pergunta de como a teologia explica a filosofia política, mas, antes, o contrário: como a filosofia política de Agamben nos permite rever nosso campo teológico? Para tanto, vamos dar apenas dois exemplos dessa retroação que foram sugeridos pelo próprio Agamben. Em primeiro lugar, por que os Padres da Igreja sentiram a necessidade de usar o conceito de economia no discurso teológico? Como vieram a falar de economia divina⁹? Mais diretamente, por que entenderam a vida divina e o governo divino em termos econômicos e não políticos¹⁰? Em segundo lugar, por que os teólogos ofuscaram subsequentemente a economia da salvação para preferir o

8 GIGNAC. Taubes, Badiou, Agamben: Reception of Paul by Non-Christian Philosophers Today. In: ODELL-SCOTT, David (Ed.). *Reading Romans with Contemporary Philosophers and Theologians*. New York: T.&T. Clark, 2007, pp. 155-211; . L'évangile de Paul selon Agamben, ou comment penser le messianique. *Études Théologiques et Religieuses*, v. 88, n. 1, p. 15-35, 2013a, pp. 15-35; . Agamben's Paul, Thinker of the Messianic. In: FRICK, Peter (Ed.). *Paul in the Grip of the Philosophers: The Apostle and Contemporary Continental Philosophy*. Minneapolis: Fortress, 2013b, pp. 165-192.

9 AGAMBEN. *Che cos'è un dispositivo?* Roma: Nottotempo, 2006, p. 15.

10 SACCO. Entrevista a Giorgio Agamben.

conceito estreito e acrítico (ou mesmo hegeliano) da história da salvação¹¹? Essas são perguntas que podem perturbar o teólogo.

É claro que, para entender o impacto retroativo de Agamben na teologia, é importante entender o gesto dele quando ele revisita a tradição teológica e ter um panorama do seu “sistema” de pensamento. É o que tentarei fazer neste ensaio.

Assim, dialogarei com Agamben a partir da minha postura como exegeta, embora, diferentemente de *O tempo que resta, O reino e a glória* fala pouco a partir da Bíblia. Neste diálogo imaginário, eu gostaria de dizer a Agamben como compreendo o seu “gesto” e trazer-lhe alguns textos bíblicos que possam alimentar a reflexão teológico-política. Se há uma coisa pela qual, da minha postura como exegeta, eu censuraria o filósofo italiano, seria por atomizar os textos, concentrando-se no vocabulário, numa análise essencialmente terminológica. No entanto, ninguém sabe melhor do que Agamben que as palavras só fazem sentido dentro de um discurso, dentro de um fluxo de significantes¹².

Procedo em cinco etapas. Primeiramente, lanço um olhar sobre o método de Agamben, considerado negativamente, pelas críticas suscitadas, e depois positivamente, em uma descrição minha. Em segundo lugar, apresentarei como hipótese uma chave para a leitura do livro como um todo, que também permite a leitura de todo o *Homo sacer*. Em terceiro e quarto lugar, analisarei as duas inversões semânticas já mencionadas, quando a economia e o ministério do mistério se tornam, respectivamente, o mistério da economia e do ministério, conforme refletimos sobre Deus (*teo*-logia) ou sobre seus mensageiros (angelologia). Por último, farei uma releitura do capítulo três da carta aos Efésios, da qual Agamben extrai dois versículos que sustentam sua tese da inversão, mas sem considerar sua inserção dentro de um discurso. Agamben busca a expressão “economia do mistério” em Ep 3, mas evita justamente (por que razões?) seguir o discurso que desdobra o conteúdo e o alcance desse mistério. No entanto, Ep 3 em seu conjunto lhe teria dado a possibilidade de refletir sobre vários temas de *O reino e a glória*.

11 AGAMBEN. *O reino e a glória: uma genealogia teológica da economia e do governo: Homo sacer*, II, 2. São Paulo: Boitempo, 2011 (italiano 2007), pp. 9-10.

12 Convém lembrar que, antes de sua série *Homo sacer* e de sua construção biopolítica, Agamben interessou-se pela linguagem (interagindo com Émile Benveniste, entre outros). _____. *Stanze: la parola e il fantasma nella cultura occidentale*. Torino: G. Einaudi, 1977; _____. *Infanzia e storia: distruzione dell'esperienza e origine della storia*. 2a. Torino: G. Einaudi, 1979; _____. *Il linguaggio e la morte: un seminario sul luogo della negatività*. Torino: Einaudi, 1982; _____. *Il sacramento del linguaggio: archeologia del giuramento (Homo sacer II, 3)*. 1. Roma: Laterza, 2008b.

1. O método Agamben: objeções e direito de resposta

1.1. Objeções

Agamben foi contestado em duas frentes: teológica e filosófica. Não quero fazer uma avaliação minuciosa da questão (*status questionis*), mas apenas lembrar algumas objeções:

- Em termos de método, ele é criticado por distinções semânticas aguçadas e duvidosas, envoltas numa erudição chamariz¹³ em que o fato de descontextualizar idealiza e enrijece as coisas, alcançando um alto grau de abstração¹⁴.

- Em seu estudo das assinaturas, Agamben identifica certamente momentos importantes do pensamento em torno da estrutura da economia, mas esses momentos são pouco articulados e existem buracos, lacunas¹⁵. Em outras palavras, a amostragem proposta é incompleta, até mesmo aleatória ou, pior, ideologicamente orientada. Agamben teria escolhido apenas o que lhe convinha. Um ângulo morto em sua construção do *Homo sacer* seria o racismo¹⁶. A resposta de Agamben para essas duas primeiras críticas talvez fosse o fato de ele não ser historiador e, como filósofo, não pretender propor uma história das ideias. Evidentemente, é um pensamento filosófico abstrato que busca a purificação, ao mesmo tempo em que se insere num discurso tortuoso, muito longo, fazendo malabarismos com dados múltiplos e ecléticos. Há um estilo Agamben.

- Sua amostragem do vocabulário dispensa uma análise do discurso (como proposto, por exemplo, por Jacques Derrida). Isso vale para os textos bíblicos, como já mencionei, mas também para os textos patrísticos. Assim, Agamben foi criticado por truncar sua análise trinitária de Gregório de Nazianze, no capítulo 3 de *O reino e a glória*. Especificamente, não falta sutileza a Agamben em sua análise das querelas trinitárias, mas sua maneira de chegar a um Filho *an-archos*, anárquico, ou seja, sem fundamento, é um tanto redutora. Contudo, o gesto redutor de Agamben não é desprovido de consequências: servirá para sustentar a intuição de que a economia imanente também é infundada, anárquica (RG 47)¹⁷. Ora, fazer do Filho um símbolo da anarquia, do infundado, agride o Credo niceno-constantinopolitano, que diz que o Filho não é *archè* temporal (não

13 MATHEWES. Feasting on Glory. *Political Theology*, v. 14, n. 1, 2013, pp. 65-76.

14 CHAREIRE. Giorgio Agamben et la gloire vide. *Théophilyon*, v. 18, n. 2, 2013, pp. 267-289.

15 HARDING. Review of: The Kingdom and the Glory, For a Theological Genealogy of Economy and Government. *Heythrop Journal*, v. 56, n. 3, 2015, pp. 531-532.

16 CARTER. The Inglorious: with and beyond Giorgio Agamben. *Political Theology*, v. 14, n. 1, 2013, pp. 77-87.

17 Para facilitar as referências, cito aqui a edição brasileira: AGAMBEN. *O reino e a glória*.

é criado), mas possui uma *archè* eterna fundamental (é engendrado). Em outras palavras, o Filho não tem começo, mas depende do Pai como seu princípio¹⁸.

- Agamben também foi acusado de criptoteologia, ignorando a secularização¹⁹. Essa crítica erra o alvo, porque, em última análise, pelo menos em *O reino e a glória*, Agamben faz teologia *explicitamente* (até mesmo muita teologia, teologia boa e sensível às nuances e desafios). Além disso, a tese de que a estrutura da política moderna é herdeira da estrutura teológica parece-me sustentável, e não é criptoteologia. No entanto, o recurso à teologia é um gesto, deve-se admitir, surpreendente. Por que uma concepção imanentista, niilista e passiva da redenção deveria ser baseada no messianismo? Agamben responderia: porque é o resultado de uma arqueologia rigorosa, cabendo assim aos pensadores contemporâneos assumi-la ou não.

- Por outro lado, para onde leva o pensamento de *Homo sacer*? Um pensamento que deve ser qualificado como niilista²⁰. O que significa essa resistência que se põe em repouso, em recuo, na margem? O que significa esse sabá [ou *sabbat*], essa ociosidade, essa in-ação (inação)? Devemos cruzar os braços para desativar a opressão? O que significa essa resistência paradoxal²¹? Em suma, concretamente, o que essa postura messiânica significa para um país como o Brasil, que se vê às voltas com complexas dificuldades políticas?

18 SINGH. Anarchy, Void, Signature: Agamben's Trinity Among Orthodoxy's Remains. *Political Theology*, v. 17, n. 1, 2016, pp. 27-46.

19 TOSCANO. Divine Management: Critical Remarks on Giorgio Agamben's The Kingdom and the Glory. *Angelaki: Journal of the Theoretical Humanities*, v. 16, n. 3, 2011, pp. 125-136.

20 FAGENBLAT. The kingdom and the glory: for a theological genealogy of economy and government. *Political Theology*, v. 15, n. 3, 2014, pp. 270-278.

21 NEGLI. Giorgio Agamben: The Discreet Taste of the Dialectic. In: CALARCO, Matthew e DECAROLI, Steven (Ed.). *Giorgio Agamben: Sovereignty and Life*: Stanford University Press, 2007, pp. 109-125 (pp. 118-121). Agamben cunhou várias expressões para falar da alternativa política que ele vislumbra: vocação messiânica (que revoga toda vocação, toda identidade), forma-de-vida, comunidade que vem. Essa intuição já se encontra em AGAMBEN. *La comunità che viene*. Torino: G. Einaudi, 1990. Mas a última frase de *O reino e a glória* indica claramente que a reflexão deve seguir adiante: «Se depois, como procuramos mostrar *in limine*, a glória cobre e captura como «vida eterna», aquela práxis particular do homem vivente que definimos como inoperosidade e se é possível, como anunciamos no final do *Homo Sacer I*, pensar a política – para além da economia e da glória – a partir de uma desarticulação inoperosa tanto do bios quanto da zoe, isso ficará como tarefa para uma investigação futura.» (RG 167). De certa forma, os dois volumes da quarta parte de *Homo sacer*, que eu ainda não examinei suficientemente, trazem elementos de resposta a esse questionamento: _____. *Altissima povertà: regole monastiche e forma di vita: Homo sacer, IV, I*. Vicenza: N. Pozza, 2011b; _____. *L'uso dei corpi: Homo sacer, IV, 2*. Vicenza: Neri Pozza, 2014.

Essas são algumas perguntas que poderiam nos alertar sobre Agamben, que disse, a respeito de Heidegger, seu mestre, que este era ao mesmo tempo um remédio e um veneno, como qualquer bom filósofo²². Temos de ser capazes de dosar e avaliar os pontos fracos da estrutura formidável desenvolvida por Agamben – em dose excessiva, um remédio pode fazer mal.

1.2. Método

O modo de proceder do filósofo italiano é muito complexo. Ele explica isso brevemente na introdução de *O reino e a glória*, muito importante, em minha opinião (RG 7-8)²³. Prestemos atenção em três pontos: 1) na noção de assinatura; 2) no pano de fundo de *Homo sacer*; 3) no gesto filosófico de Agamben.

1.2.1. Assinatura e dispositivo

Agamben reivindica explicitamente a arqueologia de Foucault, mas critica-o por não ter remontado além da modernidade. Ele propõe, então, ir mais longe, remontando até a cultura greco-romana e a teologia cristã, matrizes da nossa civilização. Agamben propõe também investigar dois campos deixados intocados por Foucault: a Lei e a Teologia²⁴. Vários críticos foucaultianos têm tentado mostrar que Agamben não poderia reivindicar a herança de Foucault²⁵, mas outros são menos categóricos²⁶. Na verdade, Agamben não estuda a história das ideias, a genealogia histórica de tipo “causa/efeito”. Ele contextualiza pouco. Seu propósito não é fazer uma investigação histórica, buscar as causas ou encontrar a origem, mas transformar “the present through an approach to the past. [...] The result of this practice is that we are not returning to the past but transform-

22 MARONGIU; AGAMBEN. Agamben, le chercheur d'homme (entrevista). *Libération*, quinta-feira, 1º de abril de 1999, pp. 2-3.

23 Nessa introdução, Agamben também nos convida especificamente a prestar atenção no fim do capítulo 8. Um leitor atento vale por dois, como diz o ditado.

24 SACCO. Entrevista a Giorgio Agamben.

25 Por exemplo, GENEL. Le biopouvoir chez Foucault et Agamben. *Methodos*, v. 4, 2004, pp.; REVEL. Lire Foucault à l'ombre de Heidegger. *Critique*, v. 836-837, n. 1-2, 2017, pp. 53-65.

26 FUGGLE. Excavating Government: Giorgio Agamben's Archaeological Dig. *Foucault Studies*, v. 7, 2009, pp. 81-98; SCHÜTZ. Imperatives Without Emperor. *Law and Critique*, v. 20, n. 3, 2009, pp. 233; SNOEK. Agamben's Foucault: An overview. *Foucault Studies*, v. nº 10, 2010, pp. 44-67; CUNHA RIBEIRO. The Foucaultian Archaeological Method in Giorgio Agamben. In: *Human Rights, Democracy; Internet / Intellectual Property, Globalization, 25th IVR World Congress Law Science And Technology, Frankfurt Am Main, 15–20 August 2011*. Frankfurt am Main: Goethe University, 2012.

ing the present by seeing in the past the manifest expressions of both our own present and the numerous presents we have never grasped”²⁷.

O que Agamben busca é o que ele chama de *assinatura*, ou seja, uma estrutura, uma articulação que se desloca de um campo ao outro (por exemplo, da teologia para a filosofia política), mas sem mudança de estrutura²⁸. Em outras palavras, uma assinatura se desloca sem alteração semântica, apenas mudando de denotação (RG 10). No entanto, essa estrutura tem uma polaridade que gera uma oscilação e pela qual os binarismos são articulados, indo além da aparente dicotomia em que geralmente são pensados. Em sua extensa investigação sobre a política de nosso tempo, Agamben buscou, assim, as intuições teológicas que, transpostas para o campo secular (nisso, ele segue Carl Schmitt), estruturaram a teoria e a prática do governo no Ocidente. Segundo a tese do livro *O reino e a glória*, a economia é uma assinatura, um dispositivo bipolar que articula “reino e governo” – dois aspectos que devem ser diferenciados sem serem separados – e ao qual está associado outro binômio, “glória e glorificação” (RG 141). A descoberta de Agamben é que o binômio “glória e glorificação” dá coesão ao dispositivo econômico e faz com que ele funcione.

Nesse contexto, o filósofo italiano usa ainda a metáfora do laboratório: os textos e autores convocados servem para testar, para pensar o funcionamento do sistema político. Agamben também usa um termo emprestado de Foucault: o *dispositivo*. Em Foucault, a palavra designa uma rede de elementos heterogêneos que tem uma função estratégica de relacionar o saber com questões de poder e, assim, explicá-las²⁹. Mas Agamben redefine o dispositivo como um conjunto de práticas, saberes, medidas e instituições que têm o objetivo pragmático de governar, controlar e orientar os comportamentos e os pensamentos dos humanos³⁰, como, por exemplo, a prisão, os asilos, as escolas, as fábricas (todos os lugares de poder), mas também a literatura, a filosofia, a agricultura, os computadores e os telefones celulares. E “por que não a própria linguagem?”³¹ Ora, Agamben demonstrará que o “dispositivo” original, o *archè* (no sentido de paradigma, e não de origem) que torna possível compreender todos os outros dispositivos de poder, não é outro senão a *dispositio*

27 MURRAY. *Archeology*. In: MURRAY, Alex e WHYTE, Jessica (Ed.). *The Agamben Dictionary*. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2011, pp. 24-25.

28 AGAMBEN. *Signatura rerum: sul metodo*. Torino: Bollati Boringhieri, 2008a. Voir aussi HERON. *Dispositif/Apparatus*. In: MURRAY, ALEX e WHYTE, JESSICA (Ed.). *The Agamben Dictionary*. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2011, pp. 59-61.

29 AGAMBEN. *Che cos'è un dispositivo?* Roma: Nottotempo, 2006, p. 14.

30 *Ibid.*, p. 20.

31 *Ibid.*, p. 22.

teológica criada através da articulação da dupla economia divina – *dispositio* (origem da palavra dispositivo) era a tradução latina do vocábulo grego *oikonomia*. Em outras palavras, o “dispositivo econômico” que estamos estudando aqui é uma espécie de pleonasma, um dispositivo elevado à potência dois.

1.2.2. *Homo sacer*

Foi recentemente publicada em francês pela editora *Seuil*, sob o título *Homo sacer - L'intégrale*, uma edição revisada, em um único volume, dos nove livros da série³². Abaixo, apresento a ordem atual, mas também a ordem de publicação (entre colchetes). *O reino e a glória* foi o quarto livro da série a ser publicado e agora ocupa o *centro* da composição (o 5º lugar).

Quadro 1. Títulos da série *Homo sacer*

- I. *Homo sacer. Il potere sovrano e la nuda vita*, 1995 [1.º]
- II, 1. *Stato di eccezione*, 2003 [3.º]
- II, 2. *Stasis. La guerra civile come paradigma politico*, 2015 [9.º]
- II, 3. *Il sacramento del linguaggio. Archeologia del giuramento*, 2008 [5.º]
- II, 4. *Il regno e la gloria. Per una genealogia teologica dell'economia e del governo*, 2007 [4.º]**
- II, 5. *Opus Dei. Archeologia dell'ufficio*, 2012 [7.º]
- III. *Quel che resta di Auschwitz. L'archivio e il testimone*, 1998 [2.º]
- IV, 1. *Altissima povertà. Regole monastiche e forma di vita*, 2011 [6.º]
- IV, 2. *L'uso dei corpi*, 2014 [8.º]

Várias ideias dominantes dos primeiros livros aparecem aqui e ali em *O reino e a glória*. Cito algumas:

- a ideia do *estado de exceção*, uma suspensão da lei que possibilita abordar a verdade do atual sistema político (RG 37);

32 _____. *Homo sacer l'intégrale, 1997-2015*. Paris: Éditions du Seuil, 2016a.

- a ideia de *anarquia*, que expressa uma constatação e uma solução: a constatação de que o governo gestor não tem qualquer fundamento (nenhum princípio o embasa, de acordo com a etimologia de *an-archè*, RG 46); a solução para as aporias de um sistema biopolítico desumano, que, por sua vez, também é anárquica e supõe neutralizar a lei – é aqui que serão enxertadas as outras ideias (RG 108);

- a ideia de *ociosidade*, como inativação da lei e recusa de abastecer a máquina econômica que produz constante e incansavelmente, sendo, portanto, impiedosa (RG 8, 54-55, 105- 106, 155-157, 159);

- a ideia do “como não”: não se trata de sair do sistema numa fuga lateral, tampouco viver “como se” o sistema estivesse realmente mudado ou fosse capaz de mudar, numa fuga acelerada, mas, sim, de viver no coração do sistema, recusando-se a jogar o seu jogo e a ser solidário com ele (RG 160);

- a ideia de *vida nua* é brevemente abordada, com menção a *zoe aionios*, a vida eterna (RG 8, 10, 160).

Uma observação para concluir essa constatação: por nos levar para o que ele chama de arcanos do mistério econômico, Agamben nos fascina, hipnotiza talvez, desestabiliza por sua erudição e pela estética da sua construção. Afinal, será que não encontra o que está buscando? É normal que o projeto *Homo sacer* tenha sua coerência, mas não poderíamos aqui suspeitar? Não seria excessivamente coerente? Agamben estaria realmente à escuta dos textos que ele convoca? Ou ele os usa para apoiar sua tese? Minha observação talvez seja um truísmo hermenêutico, pois nenhum autor está imune a um círculo vicioso hermenêutico, mas, no caso de Agamben, levantar essa questão parece especialmente importante.

1.2.3. *Gesto*

Em várias ocasiões, Agamben empenha-se em descrever o *gesto* ou a estratégia discursiva dos autores que analisa. Por exemplo, ele faz isso com Ireneu de Lyon, que combate os gnósticos (RG 28), com Hipólito (RG 32), com Tertuliano, o antifilósofo que saqueia os conceitos filosóficos (RG 33), com Schmitt, que relê Peterson (RG 52), com o gesto mistificador por excelência de Pseudo-Dionísio [o Areopagita] (RG 100) etc. Além disso, Agamben é adepto de uma hermenêutica do segredo, do tipo de Leo Strauss ou Walter Benjamin: as verdadeiras coisas não são ditas ou são silenciadas; apenas os iniciados que sabem ler nas entrelinhas desvendam o mistério filosófico.

Cabe a nós, agora, também tentarmos ler o gesto de Agamben em sua empreitada da leitura dos padres da Igreja e dos teólogos da Idade Média. Precisamos analisar a trama que ele constrói integralmente. Ele opõe dois pensadores católicos alemães, Erik Peterson (1890-1960) e Carl

Schmitt (1888-1985), oferecendo uma narrativa dos debates de ambos, fragmentada, mas cheia de anedotas. A maior parte da narrativa é apresentada no Capítulo 1, mas as referências a ambos os autores retornam regularmente (por exemplo, nos Capítulos 4, 6 e 7)³³. Os dois pensadores Ihe são úteis para formular sua tese, para estabelecer sua estrutura³⁴. Às vezes, ele defende a posição de Peterson contra Schmitt, para refutar a possibilidade de um fundamento teológico de uma política baseada em um poder soberano (monárquico). Outras vezes, dando razão a Schmitt contra Peterson, Agamben sustenta que a teologia alimentou o pensamento político mundano na forma de secularização. Por fim, opõe-se a Peterson e a Schmitt, porque ambos estavam cegos e não viram a estrutura econômica bipolar do sistema, teologicamente estruturada³⁵. Dessa forma, quando ele descreve, no primeiro nível, a teologia econômica, Agamben nunca perde de vista seu objetivo de segundo nível que é descrever o funcionamento teológico-político do governo moderno. Se Agamben nos fala de Deus, é para entender melhor a biopolítica de hoje.

Parece que o livro constrói aos poucos, pacientemente, uma série de binarismos que acabam se fortalecendo. Foi prestando atenção nesse processo – e lendo nas entrelinhas – que consegui formular a hipótese de leitura que apresento a seguir.

2. Hipótese: bipolaridades

O Quadro 2 (na página seguinte) mostra a lista, talvez não exaustiva, de cinquenta binarismos – o próprio número e a dispersão deles indicam o teor do gesto agambeniano.

Os dois primeiros binarismos (fundo cinzento, linhas 1 e 2) são mais verdadeiras dicotomias que, na verdade, fazem parte da análise dos primeiros volumes de *Homo sacer: bios x zôê*, política x econômica. Eles

33 Ver o índice (RG 190-198), no fim de *O reino e a glória*.

34 KARSENTI. Agamben et le mystère du gouvernement. *Critique*, v. n.º 744, p. 355-375, 2009, pp. 355-375, p. 365-366.

35 Ver também SACCO. Entrevista a Giorgio Agamben: dalla teologia politica alla teologia economica. *Rivista della Scuola superiore dell'economia e delle finanze*, 2004, pp. «La cultura teologica di Peterson era vastissima e non è nemmeno pensabile che ignorasse il problema. Del resto egli interrompe le citazioni, per esempio in Tertulliano, esattamente nel punto in cui compare la parola oikonomia. Schmitt, da parte sua, vedeva con chiarezza quello che potremmo definire il trionfo dell'economia e la depolitizzazione del mondo che esso implicava nella modernità; ma per lui era strategicamente importante negare che questo sviluppo avesse un paradigma teologico. Non solo perché ciò avrebbe significato conferire una patente di nobiltà teologica all'economia, ma anche e soprattutto perché ciò avrebbe messo in questione la possibilità stessa del paradigma teologico-politico che gli stava a cuore.»

definem a oposição entre duas concepções da vida política: de um lado, o ideal da *polis* grega e da vida boa e plenamente humana; do outro, a biopolítica moderna que, apesar de sua etimologia emprestada de Foucault, não tem nada a ver com o *bios* próprio do humano político, mas tudo a ver com a gestão (econômica) da *zôê*, a vida animal reduzida unicamente à dimensão da vida nua. Ao *bios politikos* associa-se o poder absolutista (defendido por Schmitt e baseado, para ele, em certa concepção – política – da teologia); à vida nua estão associados nossos Estados democráticos por trás dos quais se escondem o estado de exceção e o paradigma do campo de concentração (análise defendida por Agamben e com base em uma teologia econômica): “O paradigma econômico-providencial é, nesse sentido, o paradigma do governo democrático, assim como o teológico-político é o paradigma do absolutismo.” (RG 94). Agamben pretende ir além dessa dicotomia em um terceiro tipo de vida, uma vida singular que chama de “forma-de-vida”, expressão em que o hífen indica a impossibilidade da separação entre *bios* e *zôê* e sua redução à vida nua. Essa forma de vida tem algo a ver com o tempo messiânico e a *zôê aiônios* (vida eterna).

Todas as outras linhas do Quadro 2 são bipolaridades que compõem gradativamente o funcionamento de uma concepção econômica da vida divina.

Quadro 2. Lista dos binarismos de *O reino e a glória*

	PÁGINAS	VIDA INTERNA DE DEUS	GOVERNO DO MUNDO	CAPÍTULO, LIMIAR* OU [AUTOR]
1.	10	<i>Bios</i>	<i>Zoe</i>	<i>Homo sacer</i>
2.	47	Política	Econômica	<i>Homo sacer</i>
3.	30	Unidade	Multiplicidade	[Hipólito]
4.	38	Unidade do ser	Pluralidade de ações	O mistério da economia
5.	30	POTÊNCIA	Economia	[Hipólito]
6.	30, 36, 135, 150	Teologia	Economia	[Eusébio]
7.	30, 32	<i>Status</i>	<i>Gradus</i>	[Tertuliano]
8.	32, 42, 43, 47 (40, 41, 42, 44, 46, 62, 75, 76, 89, 92, 135, 136)	Ser	Agir (práxis)	

9.	32, 39 (40, 43, 46, 47, 58, 61, 76, 135) [39]	Ontologia	Prática (Práxis) [Pragmática]	
10.	43, 89, 167	Ontologia	Economia	
11.	32	Substância	Forma	[Tertuliano]
12.	32	POTÊNCIA	Espécie	[Tertuliano]
13.	36	Administração da vida divina	Governo das criaturas	[Clemente de Alexandria]
14.	36, 41	Natureza de Deus	Sua ação histórica	[Clemente de Alexandria]
15.	37	Deus ocioso	Demiurgo	[Dualismo gnóstico]
16.	38	Ontologia	História	Mistério da economia
17.	38	Estranheza em relação ao mundo	Governo do mundo	Mistério da economia
18.	39	Articulação trinitária	Governo mundial	Mistério da economia
19.	41	Ser	Vontade	
20.	48, 57, 93	Transcendência	Imanência	Máquina providencial
21.	49, 50, 52, 57, 58, 89, 94, 177	Reino	Governo	
22.	67, 69, 70	PODER	Seu exercício	O reino e o governo
23.	70, 71, 72,	POTÊNCIA absoluta	Potência ordenada	O reino e o governo
24.	71	SOBERANIA	Seu exercício	O reino e o governo
25.	93	Eternidade	Temporalidade	A máquina providencial
26.	93	Conhecimento intelectual	Praxis	A máquina providencial
27.	94, 177	<i>Ordinatio</i>	<i>Executio</i>	A máquina providencial
28.		Governo imediato	Governo mediato	A máquina providencial
29.	(93) 94, 177	Providência (geral)	Providência especial (destino)	A máquina providencial
30.	94	Ato primário	Efeitos secundários	A máquina providencial
31.	93	<i>Causas primeiras</i>	<i>Causas segundas,</i>	A máquina providencial

32.	94	<i>Primi agentes</i>	<i>Agentes inferiores</i>	A máquina providencial
33.	100	Mistério	Ministro	Os anjos
34.	100	Assistir	Administrar	Os anjos
35.	109	Assistentes	Ministrantes	Os anjos
36.	131, 141, 162	Glória	Glorificação	Glória
37.	131	Kabod subjetivo	<i>Kabod</i> objetivo	Glória
38.	131	Realidade divina	Práxis humana	Glória
39.	135	Trindade imanente	Trindade econômica	Glória
40.	135	Trindade de substância	Trindade de revelação	Glória
41.	135	Deus em si	Deus para nós	Glória
42.	162	Glória interna	Glória externa	[Espinosa]
43.	167	Divino	Humano	Glória
44.	167	Pai	Filho	Glória
45.	167	Povo-substância	Povo-comunicação	Glória
46.	177	POTÊNCIA soberana	Governo	[Rousseau]
47.	177	Vontade geral	Vontade particular	[Rousseau]
48.	177	PODER legislativo	PODER executivo	[Rousseau]

Notemos desde já uma ambiguidade: todas as bipolaridades constituem a economia divina, mas a palavra “economia” é também (e acima de tudo) empregada para descrever o modo como Deus governa o mundo, isto é, o aspecto prático de sua ação, sua intervenção providencial (coluna da direita)³⁶. Observamos também que algumas palavras se repetem como refrãos: “potência” (em letras maiúsculas, no Quadro 2, linhas 5, 12, 22-24, 46, 48), “governo” (em negrito, linhas 13, 17, 18, 21, 28, 46). Da mesma forma, os binômios “ser – agir”, “ontologia – prática” e “reino – governo” (em negrito) formam uma trama transversal, a espinha dorsal da argumentação. A complexidade do Quadro 2 vem do fato de que Agamben procede por pinceladas sucessivas que produzem um efeito de acumulação, enquanto ele aborda sucessivamente a economia através de vários temas: a economia da salvação (capítulo 2), ser e agir (capítulo 3), o reino e o governo (capítulo 4), a providência (capítulo 5), a glória (capítulos 7 e 8) – e recorre a vários autores: Hipólito, Eusébio, Tertuliano, Clemente de Alexandria (padres da Igreja), Espinosa, Rousseau (filósofos modernos).

36 Com semelhante ambiguidade, nas linhas 28-29, as palavras “governo” e “providência”, que designam normalmente a ação *theo*-lógica imanente, são aplicadas à vida interna de Deus.

De fato, podem-se simplificar os binarismos da seguinte maneira (Quadro 3):

Quadro 3. Bipolaridades fundamentais de *O reino e a glória*

VIDA INTERNA DE DEUS	GOVERNO DO MUNDO
Reino	Governo
Glória	Glorificação
Potência	Economia
Teologia	Economia
Ser (ontologia)	Agir (práxis)
Poder	Seu exercício
Mistério	Ministro
Potência soberana	Governo

Nesse quadro, encontramos, em negrito, o título do livro *O reino e a glória*, que faz eco à aclamação litúrgica: “Pois teu é o reino, o poder [a potência] e a glória para sempre”³⁷ (extraído de Mt 6,13). O reino *encarna* num governo³⁸, a glória revela-se pela glorificação, o mistério manifesta-se por seu ministro, o poder “potencial” do ser divino realiza-se num governo atuante. Ora, essa estrutura “teológico-política” é a mesma dos sistemas políticos ocidentais³⁹. O que dizer?

Nos dois quadros (2 e 3), o resultado final dá duas colunas: a vida interna de Deus, seu ser, à esquerda; seu governo providencial do mundo, à direita. O “dispositivo econômico” (Deus e o mundo pensados em termos econômicos) é a articulação das duas colunas, que devem ser distinguidas sem serem separadas. Agamben retoma várias vezes essa expressão mimética da fórmula cristológica do Concílio de Calcedônia (451 EC, “sem confusão ou separação”). *Acredito que essa distinção sem separação está no cerne da tese do livro:*

[...] mesmo assim as duas racionalidades continuarão ligadas e a clara distinção entre os dois discursos não deverá traduzir-se em uma cisão substancial. O cuidado que os Padres têm em não confundir e,

37 Exceto engano meu, Agamben, que trata da liturgia como glorificação e modelo da encenação do poder governamental, nunca faz alusão a essa exclamação litúrgica. O que significa tal omissão? E a omissão da potência?

38 De fato, no plano teológico, a encarnação é justamente a concretização, o topo ou o ponto de conversão central da intervenção da vida divina neste mundo.

39 Como canadense (e quebequense), vivendo num sistema britânico de monarquia constitucional, a evidência salta aos olhos: a rainha reina, o primeiro ministro governa.

ao mesmo tempo, não separar os dois logoi mostra que eles estão conscientes dos riscos implícitos em sua heterogeneidade. (RG 45)

O arcano da divindade e o arcano do governo, a articulação trinitária da vida divina e a história e a salvação da humanidade são, ao mesmo tempo, distintos e inseparáveis. (RG 38)

No entanto, a clivagem das linhas 1 e 2 do Quadro 2 – (*bios* + política) vs (*zôê* + econômica) – é que acontece quando separamos os dois polos da economia. O que isso quer dizer?

Quando secularizamos e retiramos a vida divina da coluna da esquerda, só resta a coluna da direita, uma economia truncada em seu elemento constituinte imanente que se reduz a uma biopolítica e a nossa gestão econômica (neoliberal) que esvazia toda a verdadeira política. Esse era o dilema de Schmitt: como fundamentar a coluna da direita sem cair no fora da lei, na suspensão da lei, no Estado autoritário ou burocrático da coluna da direita? Se, ao contrário, a coluna da direita for removida, à maneira de Peterson, temos uma espécie de angelismo desencarnado, uma contemplação que foge do mundo. A solução de Agamben é paradoxal, uma vez que ele deseja “imanentizar” a coluna da esquerda, por assim dizer, e acomodá-la à coluna da direita, de modo a manter os dois polos da economia e resgatar a força subversiva da economia trinitária (interna a Deus), como um antídoto contra a economia biopolítica desumanizadora. O que nos salvará da vida nua, frágil, anônima e sem valor do sistema capitalista e da economia de mercado é outra *zôê*, já em ação, uma *zôê* que pertence à coluna da esquerda: a *zôê* eterna, sabática, revelada pelo tempo messiânico. Uma vida não produtiva, inoperante...

Em suma, *O reino e a glória* procura demonstrar como passamos da economia teológica, que pensa Deus em si e sua ação no mundo, para uma economia secular, cujo avatar final é a economia neoliberal. Nessa demonstração, há duas inversões determinantes que, ao mesmo tempo em que são semelhantes, articulam-se como duas etapas sucessivas no processo de secularização: a inversão da “economia do mistério” em “mistério da economia” permite pensar Deus a partir do modelo de governança familiar; a inversão do “ministério do mistério” em “mistério do ministério” torna possível pensar o governo burocrático a partir do modelo teológico dos anjos. Esse movimento, portanto, parte do profano para pensar o teológico e depois do teológico para pensar o profano. Em última análise, se a “política” ocidental não é realmente política, no sentido literal e nobre do termo, é porque foi concebida conforme um modelo doméstico, econômico – bem mais que isso, de acordo com uma versão redutora do modelo inicial da economia teológica. O problema da política moderna,

portanto, tem um fundamento teológico-político e deve ser repensado nesses termos.

3. Primeira inversão (teológica): da economia do mistério ao mistério da economia (RG, capítulo 2)

Para apresentar a inversão da “economia do mistério” em “mistério da economia”, como diagnosticada por Agamben, procederei em duas etapas: apresentarei, primeiro, uma definição da economia e, a seguir, a inversão propriamente dita e suas consequências.

3.1. Definição da “economia”

Agamben não propõe uma definição explícita da palavra economia, mas expõe as potencialidades desta em pinceladas sucessivas. No entanto, o ponto de partida dessa exposição é crucial, porque o significado doméstico original da palavra explica toda a articulação subsequente. Já no início de sua investigação, no capítulo 2, Agamben chama nossa atenção para o significado inicial e etimológico da palavra “economia”: a “lei da casa”. Estamos no âmbito da gestão do *oikos* grego, mas, acima de tudo, do *domus* latino. Um único poder, o do *pater familias*, é exercido sobre a família ampliada, estruturada em três feixes de relações (Quadro 3): “[1] relações ‘despóticas’ senhores-escravos (que costumam incluir a direção de um estabelecimento agrícola de amplas dimensões), [2] relações ‘paternas’ pais-filhos e [3] relações ‘gâmicas’ marido-mulher”. (RG 19)

Quadro 4. A casa: três tipos de relações

“paternas”	“despóticas”	“gâmicas”
Pais/filhos	Senhores/escravos	Marido/mulher
	↓	↓
Articulação trinitária		Governo mundial
Reino		Governo

Essa estrutura de poder não é a mesma da *polis*, e, portanto, a economia não funcionará como a política. Trata-se de um poder único, monárquico, mas exercido em várias modalidades, dependendo se for sobre servos, filhos ou mulher.

Logo percebemos a importância desse conceito para pôr em discurso o Deus cristão: de um lado, a relação paterna se aplicará à própria “família” divina (a Trindade); de outro lado, as relações despóticas⁴⁰ da economia se aplicarão às relações entre Deus e os membros da comunidade cristã (Agamben diria: a comunidade messiânica). Como Agamben gostava de lembrar, Tertuliano partiu da analogia do funcionamento econômico da casa real para explicar que existe em Deus apenas um rei (o Pai), o qual, antes de reinar sobre seu império, reina sobre sua dinastia, sua família (o Filho).

Agamben ressalta apropriadamente a importância do campo lexical de *domus* nas cartas do Novo Testamento, ou seja, todas as palavras relacionadas com as funções na economia da casa: “*doulos* (escravo), *hyperetes* (servo), *diakonos* (criado), *oikonomos* (administrador)” (RG 22). Com a notável exceção da *ekklèsia*, o vocabulário cristão é maciçamente econômico. Agamben poderia ter se baseado nas investigações sociocríticas dos estudos do Novo Testamento, que mostraram a estruturação doméstica e patriarcal das primeiras comunidades. Meeks até mesmo cunhou o termo “love patriarcalism” para descrever a ideologia sociológica instaurada⁴¹. Além disso, o *Sitz-im-Leben*, o ponto de apoio das primeiras comunidades era efetivamente a casa [o lar]. Falou-se, com razão, de uma igreja doméstica, de maneira metonímica: o lugar de encontro deu origem a um tipo (econômico) de comunidade. Agamben observaria provavelmente que a expressão “igreja doméstica” – etimologicamente, “assembleia de casa” – é uma espécie de oximoro ou, pelo menos, parece incongruente, porque combina um termo político com um termo econômico. Dito isso, deve-se, no entanto, relativizar essa importância do modelo doméstico, pois, nestes últimos anos, tem-se destacado a analogia das primeiras comunidades com as associações grego-romanas (*thyases*, *collegiae*), tipos de guildas que agrupavam artesãos sob um modo econômico-religioso⁴².

No Quadro 5, apresento novamente uma lista de significados que Agamben coleta e organiza numa investigação, desta vez, sobre a pala-

40 A respeito disso, Agamben não diz, mas é irônico: a economia contemporânea, o todo-econômico, com sua onipresença e supervalorização, é, por natureza, despótica.

41 MEEKS. *The First Urban Christians: The Social World of the Apostle Paul*. New Haven: Yale University Press, 1983.

42 Horrell.

vra “economia”, investigação esta que o leva dos filósofos gregos aos padres da Igreja. As mesmas palavras aparecem: administração, gestão, encargo, atividade.

Quadro 5. Construção do conceito de “economia”

1.	Administração da casa (RG 19, 33)	Pseudo-Aristóteles
2.	Organização funcional (RG 20)	
3.	Gestão (RG 20)	
4.	Disposição ordenada do material (retórico) (RG 20)	Quintiliano
5.	Missão (RG 21)	Paulo
6.	Uma atividade e um encargo, e não um “plano salvífico” (RG 21)	
7.	Aqui algo que é confiado (RG 21)	
8.	Realização, administração, não plano salvífico (RG 22)	
9.	Administração doméstica (RG 22)	
10.	Tarefa confiada por Deus (RG 23)	Inácio de Antioquia
11.	Tarefa (RG 24)	Justino
12.	Disposição da matéria (RG 25)	Teófilo de Antioquia
13.	Disposição ordenada (RG 25)	
14.	Atividade divina de gestão e governo (RG 30)	Hipólito
15.	Práxis, atividade divina dirigida a um objetivo (RG 30)	
16.	Atividade desenvolvida para revelar ou realizar o mistério da vontade ou da palavra de Deus (RG 31)	
17.	Atividade divina misteriosa (RG 31)	
18.	<i>Dispensatio</i> (RG 31)	Tertuliano
19.	<i>Dispositio</i> (RG 31)	
20.	Organização e dispensação da vida (humana e divina) (RG 35)	Orígenes
21.	Articulação (84) (RG 36)	Clemente de Alexandria
22.	Administração da vida divina (RG 36)	
23.	Governo das criaturas (RG 36)	
24.	Exceção (RG 37)	Igreja bizantina
25.	Atividade de governo (RG 39)	

Vamos fazer três observações. Em primeiro lugar, vê-se que *oikonomia* foi traduzido em latim por dois termos: *dispositio* e *dispensatio* (linhas 18-19 do Quadro 5). Mas, em teologia, traduz-se, por exemplo, no texto de Efésios 3 (que será apresentado na quinta parte), a palavra *oikonomia* por “dispensation” (dispensação)⁴³, que me parece um mau decalque. Penso que a melhor tradução seria “responsabilidade, missão”. Em segundo lugar, percebe-se que Agamben gosta de desenterrar acepções que justifiquem seus caprichos, suas obsessões. Ele destaca, na Seção 2.15 de *O reino e a glória*, que economia pode tomar o sentido de exceção ou isenção (linha 24 do Quadro 5). No entanto, lembremos de que, para Agamben, o estado de exceção, a suspensão do direito, é o avesso oculto da democracia liberal. São as duas faces da mesma moeda. Ele afirma:

Os paradigmas do governo e do estado de exceção coincidem na ideia de uma *oikonomia*, de uma práxis gerencial que governa o curso das coisas, adaptando-se a cada vez, em seu intento salvífico, à natureza da situação concreta com que deve medir forças. (RG 37)

Em terceiro lugar, eu gostaria de sublinhar uma descoberta teológica que Agamben fez em Taciano, que desenvolve teologicamente uma potencialidade semântica da palavra “economia”, emprestada da retórica. No plano da teoria oratória, a economia é também a maneira pela qual se administra um discurso, é a disposição desse discurso. No entanto, uma vez que o Filho ou Cristo é também o logos, desponta um dos primeiros usos da palavra “economia” para falar sobre as relações entre o Pai e o seu discurso. Assim, não só o Pai envia seu filho, como um encarregado da missão, mas também o tem como seu próprio porta-voz.

Para concluir essas considerações sobre a definição de economia, chamo a atenção para um trecho da primeira Carta aos Coríntios, em que a Trindade se esboça, ou melhor, as relações trinitárias são mencionadas num registro estritamente econômico. Refiro-me a 1 Cor 12, 3-6, em que são mencionadas as três entidades divinas, não na ordem usual do sinal da cruz: “Em nome do Pai, do Filho e do Espírito”, mas na ordem da experiência espiritual que vai do Espírito ao Senhor ressuscitado, depois ao Pai:

3. Portanto, vos quero fazer compreender que ninguém que fala pelo Espírito de Deus diz: Jesus é anátema! E ninguém pode dizer que Jesus é o Senhor, senão pelo Espírito Santo.

4. Ora, há diversidade de dons, mas o Espírito é o mesmo.

43 ` Nota de tradução: em português, o vocábulo é raro, mas encontra-se dicionarizado. Ver *Dicionário Eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa*.

5. E há diversidade de ministérios, mas o Senhor é o mesmo.

6. E há diversidade de operações, mas é o mesmo Deus que opera tudo em todos.

Charles Perrot, exegeta francês, explica essa passagem:

O Pai é designado como aquele que produz, no centro de todas as energias; o Filho, como aquele que rege; e o Espírito, aquele que compartilha e distribui. De certo modo, a Trindade paulina faz parte de uma casa romana onde a produção, a regência e a distribuição são coerentes. Isso é uma Trindade, digamos, econômica, e não expressa em termos de paternidade e filiação. Em suma, os servidores permanecem sob a regência de *Kyrios*, o dono da casa; e, ao mesmo tempo, os carismas que moldam seu serviço, particularizando-o, permanecem sempre sob a influência do Espírito.⁴⁴

3.2. Inversão

Passemos à inversão propriamente dita. De imediato, eu a resumiria da seguinte forma: passa-se de uma economia como práxis e palavra missionária (os Apóstolos são os garantidores e os gerentes da palavra divina a ser propagada) a uma economia como práxis e palavra divina (Deus intervém no mundo para salvá-lo). Em outras palavras, passa-se da gestão missionária do anúncio da salvação à gestão misteriosa da própria casa divina. Essa inversão é feita em três etapas.

Evidentemente, o ponto de partida está em Paulo: “Aqui, a relação entre *oikonomia* e mistério é evidente: trata-se de ser fiel ao encargo de anunciar o mistério da redenção que estava oculto na vontade de Deus e agora chega à sua realização” (RG 22). Uma segunda etapa, a da inversão propriamente dita, é encontrada em Ireneu de Lyon, em *Adversus Haereseis*, III, 17, 4, IV, 33, 10. Passa-se da “economia do pleroma” paulino (Ef 3) ao “pleroma da economia”.

No mesmo sentido, deve ser vista a inversão da expressão paulina “economia do pleroma” (*oikonomia tou pleromatos*, em Ef 1,10) em “cumprir, realizar a economia” (*ten oikonomian anapleroun*).[...] Ireneu procura, na realidade, subtrair a não totalmente clara expressão paulina das interpretações gnósticas, que fazem da “economia do pleroma” o princípio de uma processão infinita de hipóstases, para afirmar com vigor que a economia de que fala Paulo foi realizada de uma vez para sempre por Jesus. (RG 28)

44 PERROT. *Après Jésus : le ministère chez les premiers chrétiens*. Paris: Éditions de l'Atelier : Éditions ouvrières, 2000, p. 48.

Uma última etapa de inversão encontra-se em Hipólito e Tertuliano, com a expressão “mistério da economia”:

Enquanto, em Paulo, a economia era a atividade desenvolvida para revelar ou realizar o mistério da vontade ou da palavra de Deus (Cl 1,24-25; Ef 3,9), *agora é essa mesma atividade, personificada na figura do filho-verbo, que se torna o mistério. [...] Não há uma economia do mistério, ou seja, uma atividade voltada para cumprir e revelar o mistério divino, mas misteriosa é a própria “pragmateia”, a própria práxis divina.* (RG 31 – o grifo é meu)

Nas palavras de Agamben, o significado dessa inversão é decisivo:

o misterioso é, agora, a própria economia, a práxis mesma através da qual Deus dispõe ao mesmo tempo a vida divina, articulando-a em uma trindade, e o mundo das criaturas, outorgando a cada acontecimento um *significado oculto*. (RG 38 – o grifo é meu)

Mas Agamben não responde à pergunta sobre como essa inversão linguística muda as coisas. Eu vejo três razões. Primeiro, a inversão significa uma mudança de foco: o que se torna central é a economia. Em segundo lugar, significa que, agora, se pensará em Deus em termos econômicos. Em terceiro lugar, acredito que a palavra-chave, aqui, é “mistério” e tem um peso muito grande na análise teológico-política de Agamben. Ou, em outras palavras, na citação acima, a expressão “significado oculto” torna-se a chave da interpretação. *O governo se torna mistério*⁴⁵. Tendo secularizado o governo divino do mundo, o governo humano, no entanto, manteve a sua aura de mistério (esta é uma das teses do livro): quanto menos se analisar a mecânica em ação, mais ela será eficaz. Enquanto as pessoas tiverem a ilusão da democracia, elas não terão consciência da biopolítica em ação. A mão invisível de Adam Smith (a respeito da qual Agamben fala no anexo, RG 182-183) será ainda mais eficaz se for envolvida por uma aura quase divina.

Em outras palavras, em surdina, Agamben continua sua crítica ao sistema político ocidental que foca no todo-econômico, que pensa unicamente em termos econômicos e que envolve tudo com uma aura de mistério. Em suma, foi pelo fato de a teologia ter acabado por focar no mistério da vida divina e do governo providencial do mundo, conceituado de acordo com uma lógica, um dispositivo econômico, que essa articulação misteriosa pôde ser transposta para a ordem político-imanente da modernidade. Agamben faz o papel de um novo apóstolo, de um encarregado

45 Segundo KARSENTI. Agamben et le mystère du gouvernement. *Critique*, v. n° 744, p. 355-375, 2009, pp. 355-375, (aqui p. 373). O gesto de Agamben reintroduz o mistério onde Foucault quis eliminá-lo.

de missão, encarregado de denunciar a perversidade de um sistema que esconde seu funcionamento e sua intenção.

Em outra parte do livro (no capítulo sobre os anjos, assunto da próxima parte), Agamben enfatiza que o *mysterium* se transforma em *ministerium* e o *ministerium* em *mysterium*. (RG 100). O que isso significa? O mistério divino é secularizado no ministério do governo, e esse governo resgata o caráter misterioso do divino. É outra maneira de dizer a mesma coisa.

4. Segunda inversão (angelológica): do ministério do mistério ao mistério do ministério (RG, capítulo 6)

Agamben explora a angelologia medieval para construir outros níveis de seu dispositivo da economia. Os anjos têm duas funções: assistir e administrar. Por um lado, são espectadores da glória divina e assistem à sua encenação celestial; por outro lado, são administradores que executam a vontade de Deus no mundo. Em suma, eles se mantêm na presença de Deus, diante de sua glória, para glorificá-lo, e agem no mundo para sua glória maior. Por um lado, participam do mistério do Reino; por outro lado, são os ministros que governam o mundo em nome de Deus. Aqui encontramos essencialmente a articulação que distingue, sem separar, os dois planos da economia divina: em si mesma e para o mundo.

Significativamente, os anjos estão sempre na presença de Deus, mesmo quando são enviados ao mundo em serviço. Ao nos lembrar da existência dos anjos, Agamben só está nos lembrando do antigo ideal da contemplação na ação que está no cerne da espiritualidade inaciana. Mesmo neste mundo, os anjos participam da vida divina. Voltaremos a isso na Seção 5, sobre o texto de Efésios.

Mas, assim como a noção de economia, a angelologia também é usada para decifrar o impasse do governo moderno. Para isso, Agamben recorre ao teólogo Peterson (já mencionado na primeira parte, em sua oposição a Schmitt) e a Pseudo-Dionísio [o Aeropagita].

No capítulo 6 de *O reino e a glória*, encontramos a figura do católico alemão Peterson, cuja discussão com Schmitt Agamben nos conta no início do livro. Agamben, portanto, tem o dom de desenterrar obras aparentemente menores ou esquecidas – neste caso, *O livro dos anjos: situação e significado dos santos anjos no culto*, de Peterson. O teólogo alemão lembra que os anjos oficiam na liturgia celestial, mas também estão presentes na liturgia terrena (e cuidam da comunicação entre os dois pla-

nos⁴⁶). O culto da Igreja é o eco do culto angélico e tem neste sua legitimidade.

Da Idade Média, passamos então abruptamente para a modernidade. Graças a Agamben, sabemos que Schmitt defendeu a ideia de fundar a ordem política deste mundo na monarquia divina: o poder do imperador na terra refletiria o de Deus no céu. No pano de fundo dessa tese, delineia-se a ascensão do nazismo, um regime autoritário (e, em última análise, totalitário) que o católico Schmitt pretendia justificar em sua abordagem teológico-política. Peterson se opõe categoricamente a isso. No exato momento em que rejeitou a ideia de Schmitt, Peterson afirmou que a Igreja era uma realidade sociopolítica: o poder da Igreja na terra seria um reflexo do poder de Deus no céu⁴⁷. Tem-se a impressão, aqui, de estar no centro da disputa pelo empossamento, tão medieval quanto a angelologia, que opunha o imperador e o papa. Agamben está certo em opor Schmitt e Peterson, porque a posição dos dois é espelhada: ambos pretendem fundar um poder imanente (seja o Estado ou a Igreja) sobre uma realidade celestial. Como podemos notar, a questão dos anjos não é uma curiosidade anedótica dos arquivos teológicos, mas uma maneira de pensar a política.

Agamben retrança a intuição de Peterson em relação a Pseudo-Dionísio, que ele trata como um mistificador. Este escritor teve grande influência na teologia, por exemplo, sobre Tomás de Aquino, na Idade Média. Todo o discurso desse “padre” da Igreja (que não é realmente um padre) consistia em fazer da hierarquia angélica o modelo e, portanto, a justificativa ou a legitimação da hierarquia eclesiástica. Agamben chama a atenção para uma acepção da palavra hierarquia, a partir de sua etimologia. É um significado tão óbvio que o esquecemos: *hiéra* – *archie* significa “poder sagrado”. É justamente o que faz Pseudo-Dionísio, e, por isso, Agamben o critica: ele sacraliza o poder. O poder se torna sagrado. O gesto de Pseudo-Dionísio, desenvolvido a partir de um discurso sobre o governo dos anjos, é, portanto, uma maneira de fundamentar o poder da Igreja. Pseudo-Dionísio não fala tanto dos anjos quanto dos humanos. Quando fala sobre os anjos, ele descreve, na realidade, os seres humanos; quando fala dos humanos, empresta a eles características “angelicomórficas”.

46 Veja a Oração Eucarística nº 1 do Cânon Romano da missa.

47 Agamben não diz, mas encontramos, nas entrelinhas, as duas interpretações opostas de *katechon* de 2 Tessalonicenses propostas por Schmitt e Peterson, mencionadas por Agamben no Capítulo 1 (RG, Seção 1.4). O que atrasa a parúsia ou impede que Cristo retorne é o império cristão (em Schmitt) ou a recusa de Cristo por Israel, uma recusa que funda a Igreja (em Peterson). Essa matéria mereceria ser aprofundada.

Em um artigo subsequente, publicado em 2011, Agamben voltou a afirmar a mesma coisa em outros termos: os mensageiros celestiais estão organizados de maneira antropomórfica em escritórios e ministérios, enquanto os funcionários seculares assumem, por sua vez, feições angélicas e, assim como os anjos, tornam-se capazes de cura, iluminação e aperfeiçoamento⁴⁸.

É aqui que Agamben insere sua segunda inversão: o ministério angélico do mistério tornou-se o mistério do ministério angélico. O serviço da majestade divina torna-se a majestade do governo humano. A intuição é análoga àquela da passagem ao mistério da economia (Seção 3): mantém-se a ideia de uma reversão, de uma inversão ou mesmo de um desvio capital. Essa inversão é também decisiva na medida em que permite apreender a revolução teológico-política que a modernidade instituiu, ao mesmo tempo que seu caráter eminentemente paradoxal. Inicialmente, a modernidade seculariza o poder e se liberta de Deus – eliminando, assim, qualquer norma ou instância crítica transcendente (ou transcendental) que possa circunscrevê-lo⁴⁹. O ponto focal não é mais o mistério divino que deve ser servido, mas o próprio serviço que, por imitação, está envolto em mistério. Porque, ao mesmo tempo que descarta qualquer referência a Deus, a modernidade importa da coluna da esquerda do Quadro 2 a dimensão sacra. A glorificação, cuja responsabilidade cabia aos anjos, é aplicada ao sistema governamental, apesar de sua vacuidade, ou melhor, especialmente por causa dessa vacuidade, desse vazio. Mas pode não ser tão paradoxal quanto pareça à primeira vista. Sem um fundamento transcendente, o sistema precisa de um mistério, de uma aura mística, para funcionar.

Em suma, qualquer hierarquia é sagrada, sem fundamento, mas, mesmo assim, funcional, devido ao caráter sagrado pelo qual se afirma e que acaba impondo. Pensemos aqui no caráter sagrado das leis do mercado, uma verdadeira crença quase religiosa erigida em axioma do capitalismo e aureolada de um caráter de evidência. Ora, quem diz axioma diz duas coisas: 1) uma premissa é indemonstrável; 2) uma premissa é uma decisão axiológica, governada por valores.

De acordo com Agamben, mesmo antes de o Estado moderno inventar o governo burocrático, este encontra sua assinatura na organização angélica:

48 AGAMBEN. Angels. *Angelaki-Journal of the Theoretical Humanities*, v. 16, n. 3, p. 117-123, 2011a, pp. 117-123 (aqui p. 117).

49 Sobre este ponto, Perterson e Schmitt concordariam que a Igreja ou o Estado, reflexos da esfera celestial, encontram nesta não só a sua legitimidade, mas também a sua instância crítica; os dois autores também concordariam que a democracia liberal se emancipa incoerentemente da esfera divina, a única capaz de fundar o poder terreno – de acordo com o modelo angélico em que os anjos podem governar o mundo *porque* assistem à liturgia celestial.

Em todo caso, porém, é decisivo que, bem antes de começar a ser elaborada e fixada, a terminologia da administração e do governo já estivesse consistentemente constituída no âmbito angelológico. Não só o conceito de hierarquia, mas também os de ministério e de missão encontram, como vimos, sua primeira e articuladíssima sistematização precisamente no âmbito das atividades angélicas. (RG 103)

No mesmo artigo de 2011, citado acima, Agamben afirma que os tratados de angelologia foram os antepassados dos tratados sobre o governo do mundo por Deus – de certa forma, extrapolando, seriam os primeiros tratados modernos de ciência política, muito antes de *O príncipe*, de Maquiavel⁵⁰. No entanto, Agamben critica, por fim, a pseudopolítica do governo moderno por ter mantido apenas, novamente, a coluna da direita, tendo reduzido assim o dispositivo econômico ao seu componente administrativo de gestão. Mas um componente essencial para o equilíbrio do dispositivo era a contemplação de Deus pelos anjos. Indo além de Peterson e de Pseudo-Dionísio, Agamben propõe reconsiderar a dimensão contemplativa e ociosa da economia bipolar. Além disso, Agamben aponta que, de acordo com São Paulo (não havia como não voltar ao Apóstolo), o tempo messiânico se caracterizará por um sabá e pela desativação do ministério dos anjos (e, portanto, do governo biopolítico, que é o seu reflexo caricatural e desviante). Agamben nos remete a 1 Cor 15, 24-26, onde, no entanto, não traduz o verbo καταργέω por “destruir”, mas por “desativar”:

²⁴Então virá o fim, quando ele entregar o Reino a Deus, o Pai, depois de ter [destruído] desativado todo domínio, autoridade e poder. ²⁵Pois é necessário que ele reine até que todos os seus inimigos sejam postos debaixo de seus pés.

Nessa passagem, as autoridades, poderes e potências são os anjos. Desta forma é desativado (como se desativa uma bomba) o câncer biopolítico que corrói o governo humano:

O messianismo paulino deve ser visto nessa perspectiva. Funciona como corretivo da hipertrofia demoníaca dos poderes angélicos e humanos. O messias desativa e torna inoperosos (katargeo – “eu torno argos”, inoperoso, e não simplesmente “eu destruo” – é o termo técnico usado por Paulo para exprimir a relação entre o messias e os poderes dos anjos e dos homens) tanto a lei quanto os anjos e, dessa maneira, reconcilia-os com Deus (todas as coisas, como se lê em Cl 1, 15-20, “inclusive os tronos, as dominações, os principados e as potências”, foram criadas através do messias, e através dele serão reconciliadas no fim com Deus). (RG 108)

50 AGAMBEN. Angels. *Angelaki-Journal of the Theoretical Humanities*, v. 16, n. 3, 2011a, pp. 117-123 (aqui, p. 119).

O tema da lei não mais aplicada, porém estudada, que, nos romances de Kafka, acompanha o dos funcionários-anjos constantemente inoperosos, mostra aqui sua pertinência messiânica. O telos último e glorioso da lei e das potências angélicas, assim como o dos poderes profanos, consiste em ser desativado e tornado inoperoso. (RG 108)

5. Releitura de Ef 3

No pensamento do filósofo italiano, há alguns *tours de force* e pontos cegos. Um *tour de force* pode receber dois significados: significa ter sucesso em realizar um exercício difícil, mas também pode significar exercer uma força e cometer violência ou forçar as coisas. Na verdade, Agamben tortura talvez os textos para encaixá-los à força em seu dispositivo – e, ao fazê-lo, deixa de lado (conscientemente) ou esquece (inconscientemente) alguns textos e deixa um resto. Aquilo que ele deixa de lado pode ser tão importante quanto o que ele fala. De tanto lermos Agamben, aprendemos a ler o resto, a prestar atenção ao que não pode entrar na explicação. Mas também aprendi a mesma lição com a minha prática exegetica: um texto bíblico sempre resiste à interpretação totalizante e totalitária que se tenta fazer dele. Se não houver nada no texto que não se encaixe no que construímos, é porque algo está errado em nossa interpretação. Em suma, o texto resiste ao leitor e este é incapaz de compreendê-lo integralmente. No entanto, muitas vezes, é nossa postura que nos impede de ver certas coisas, da mesma maneira que nossa posição na direção de um automóvel comporta necessariamente “pontos cegos”.

Para concluir, eu gostaria de investigar um ponto cego da demonstração de Agamben sobre a economia e os anjos, propondo uma breve análise discursiva do texto de Efésios, capítulo 3, do qual Agamben extrai apenas dois versículos que contêm a expressão “economia do mistério” (versículos 2 e 9). Mas Agamben poderia ter-se interessado em ler o discurso paulino (ou dêutero-paulino, indiferentemente) como um todo, pois ali se encontram vários temas de *O reino e a glória*. Isso não é surpreendente, porque o texto, na opinião dos exegetas, tem o traço de uma cosmovisão apocalíptica. Também se percebe a influência do misticismo judaico centrado na visão da glória divina expressa nas duas metáforas do transporte (Ez 1) e do palácio ou trono celeste (Is 6)⁵¹. Vejamos a tradução do Quadro 6, cuja tipografia destaca alguns campos lexicais (famílias de palavras).

51 LEMMER. E oikonomia tou mysteriou tou apokekrymmenou en to theo -- Understanding 'body of Christ' in the Letter to the Ephesians. *Neotestamentica*, v. 32, n. 2, 1998, pp. 459-495.

Quadro 6. Efésios 3

Almeida Revista e Corrigida 2009 (ARC) (modificada)

Negrito	graça	<u>Sublinhado</u>	liturgia	Minúsculas	mistério	□ temporalidade
<i>Ítalo</i>	don	MAIUSCULO	οικονομία	<u>Sublinhado em dobro</u>	poder	■ revelação
		○	glória		:	

Dispensação	¹ Graças a esta, eu, Paulo, [sou] o prisioneiro de Jesus Cristo por vós, os gentios, ² se é que
Graça	tendes ouvido a DISPENSAÇÃO da graça [dispensação gracioso, encargo gracioso] de Deus
Mistério	(τὴν οἰκονομίαν τῆς χάριτος), que para convosco me foi <i>dada</i> ; ³ como me foi este MISTÉRIO
Dar	manifestado pela revelação como acima, em pouco, vos escrevi, ⁴ pele que, quando ledes,
Manifestado	podeis perceber (βοῆσαι) a minha compreensão do MISTÉRIO de Cristo, ⁵ o qual, noutras
Agora	gerações , não foi manifestado aos filhos dos homens, como, agora , tem sido revelado pelo
Gentios	Espírito aos seus santos apóstolos e profetas, ⁶ [a saber], que os gentios são coerdeiros, e de um mesmo corpo, e participantes da promessa em Cristo pelo evangelho; ⁷ do qual fui feito ministro (διάκονος), pelo <i>dom</i> da graça de Deus, que me foi <i>dado</i> segundo a operação do seu poder (κατὰ τὴν ἐνέργειαν τῆς δυνάμεως αὐτοῦ).
Dar	⁸ A mim, o mínimo de todos os santos, me foi <i>dada</i> esta graça de anunciar entre os
Graça	gentios, por meio do evangelho, as riquezas , incompreensíveis de Cristo esclarece a
Gentios	todos qual seja a DISPENSAÇÃO do mistério (ἡ οἰκονομία τοῦ μυστηρίου), que, desde os
Mistério	séculos, esteve oculto em Deus, que tudo criou ; ¹⁰ para que, agora, pela igreja, a multiforme
Dispensação	sabedoria de Deus seja manifestada dos principados e potestades nos céus, ¹¹ segundo o
Agora	eterno PROPÓSITO (πρόθεσιν) que fez em Cristo Jesus, nosso Senhor , ¹² no qual temos
Manifestada	ousadia e acesso com confiança, pela nossa fé nele.
	¹³ Portanto, [vos] peço que não desfaleçais nas minhas tribulações por vós, que são a vossa glória .
	¹⁴ Por causa disso, me ponho de joelhos perante o Pai , ¹⁵ do qual toda a paternidade nos céus e na terra toma o nome, ¹⁶ para que, segundo as riquezas da sua glória, vos conceda que sejais corroborados com poder pelo seu Espírito no homem interior; ¹⁷ para que Cristo habite, pela fé, no vosso coração; a fim de, estando arraigados e fundados em amor, ¹⁸ poderdes perfeitamente compreender , com todos os santos, qual seja a largura, e o comprimento, e a altura, e a profundidade ¹⁹ e conhecer o amor de Cristo, que excede todo entendimento , para que sejais cheios de toda a PLENITUDE (πλήρημα) de Deus.
	²⁰ Ora, aquele que é poderoso para fazer tudo muito mais abundantemente além daquilo que pedimos ou pensamos, segundo o poder que em nós opera , ²¹ a ele a glória na igreja, por Jesus Cristo, em todas as gerações , para todo o sempre. Amém!

São apenas cinco sentenças, das quais as duas primeiras são paralelas e fazem eco com as mesmas palavras: “dispensação (= economia), graça, mistério, dar, manifestado, agora, gentios” (coluna da esquerda no Quadro 6). A repetição não é feita na mesma ordem, mas é significativa. Então, o discurso é redobrado, os versículos 8-11 retomam os versículos 1-7.

Esse eco entre as duas primeiras sentenças se cristaliza em torno de um paralelismo surpreendente entre os versículos 5 e 10: enquanto o mistério de Cristo, que ainda não havia sido manifestado aos filhos dos homens, passa a sê-lo *agora*; a sabedoria de Deus se manifesta *agora* aos principados e potências celestes (angélicos). Tem-se a encenação em dois quadros, ou em dois planos, própria do apocalíptico: o que acontece na terra (para os humanos) é refletido no céu (para os anjos). O mistério do messias agora revelado aos humanos reflete o mistério da sabedoria de Deus agora revelado aos anjos: encontramos aqui os dois planos da economia divina e do ministério angélico que Agamben procura articular. Encontramos também o “agora”, caro a Agamben, como marcador textual do tempo messiânico.

Além disso, existem três campos lexicais de interesse para Agamben:

- a *potência*, com as palavras: operação (v. 7, 20), poder (v. 5, 16, 18, 20), principados e potestades (v. 10), que tudo criou (v. 9).
- a *glória*, com as palavras: riquezas (v. 8, 16), esclarecer (v. 9), glória (v. 13, 16, 21).
- o mistério de Deus, com as palavras: mistério (v. 3, 4, 9), propósito (v. 11), plenitude (v. 19).

Sabemos que a liturgia é importante em *O reino e a glória*. Os versículos 14-21 têm acentos litúrgicos, com a expressão “ponho-me de joelhos perante o Pai” (v. 14), com a aclamação “para ele a glória” (v. 21) e com o final “amém”.

Encontramos o problema de reconciliar o ser e o agir em Deus (os dois planos da economia): por um lado, a eterna imutabilidade de Deus e, por outro lado, seu projeto também eterno de criar o mundo (v. 9) e de se manifestar manifestando Cristo (v. 5 e 10). Esse problema, que Agamben destaca em seu livro, já está posto no texto de Efésios! Que Deus, que não precisava tê-lo feito, tenha escolhido criar e salvar o mundo é certamente um mistério, até mesmo uma aporia. A história da teologia é prova disso.

Chego ao meu comentário final e principal. Em busca de uma estrutura que explica o funcionamento da política atual, Agamben ignora a experiência espiritual. Em Efésios 3, como geralmente nas cartas da escola paulina, encontramos uma concepção da Trindade não misteriosa, mas mística. Para Paulo, a Trindade não é um mistério, mas uma experiência de comunhão – difícil de descrever, certamente, mas vivida e concreta. Seja em Romanos, Gálatas ou 1 Coríntios, a própria Trindade como uma especulação sobre a natureza de Deus e as relações entre três pessoas divinas não interessa ao autor paulino. O que interessa a Paulo (ou ao seu discípulo, no caso de Efésios) é a experiência da presença divina. Deus

não é uma abstração. O discípulo messiânico (para usar o vocabulário de Agamben) experimenta Deus nele mesmo, como uma segunda vida espiritual que se soma à sua *zôê* animal. A vida eterna que Agamben busca como solução para o problema político, o cristão vive (ou deveria viver) em sua experiência espiritual.

De certo modo, para voltar às considerações angélicas da seção anterior, o discípulo do messias tem acesso, tal qual os anjos, à própria vida de Deus. Essas considerações revolucionárias, que estão no cerne da identidade cristã, estão bem enunciadas em Ef 3:

- no v. 12: “Deus no qual temos ousadia e acesso com confiança”;
- no v. 16: “sejais corroborados com poder pelo seu Espírito no homem interior”;
- no v. 17: “Cristo habite, pela fé, no vosso coração”;
- no v. 19: “conhecer o amor de Cristo, que excede todo entendimento”;
- no v. 19 novamente: “sejais cheios de toda a plenitude de Deus”.

Cabe assinalar algo significativo: os anjos estão sempre na presença de Deus, mesmo quando estão a serviço no mundo. O autor de Efésios, capítulo 3, transpõe essa intuição para os discípulos de Cristo, incluindo os pagãos: eles têm segurança e acesso a Deus. Podem contemplar Deus e agir no mundo. Em outras palavras, os humanos não são apenas uma cópia dos anjos em sua função ministerial, mas também em sua função contemplativa. No entanto, Agamben nunca fala disso. É por essa razão que podemos falar de um ponto cego em sua demonstração: o que ele pensa da espiritualidade cristã? A menos que Agamben seja cripto-cristão e que sua solução de uma retirada messiânica seja análoga à postura cristã.

Talvez eu esteja avançando aqui rápido demais, indo longe demais. Mas, se a economia neoliberal é um avatar, mesmo redutor, do dispositivo econômico cristão, o antídoto para essa economia neoliberal poderia ser um avatar da postura espiritual cristã?

6. Conclusão

Depois de ter problematizado o recurso a Agamben pela teologia (introdução), eu quis me debruçar sobre o modo de proceder do filósofo italiano (primeira parte), que propõe, em *O reino e a glória*, uma investigação sobre o *dispositivo* econômico que se insere numa investigação mais ampla do dispositivo de *Homo sacer*. Desenvolvi então a hipótese (segunda parte) de que, colocando uma série de binarismos, Agamben busca,

num primeiro momento, articular a vida interna e eterna de Deus com sua ação providencial e temporal no mundo, duas faces distintas de uma mesma medalha que nunca devem ser separadas. Num segundo momento, Agamben procura demonstrar precisamente, acerca desse ponto da não separação, que a política moderna, infelizmente, assimilou apenas a parte imanente do dispositivo econômico, provocando um sério desequilíbrio e dando origem à biopolítica. A solução de Agamben consiste em encontrar a articulação bipolar original, redescobrimdo a dimensão contemplativa e ociosa da vida divina, ou melhor, do tempo messiânico.

O restante do meu ensaio consistiu em ilustrar o método agambeniano e explicar minha hipótese a partir de duas figuras: a economia (terceira parte) e a angelologia (quarta parte). Ao fazê-lo, pudemos compreender melhor a trajetória identificada por Agamben em quatro etapas: primeiro, a *teo-logia* (literalmente, o discurso sobre Deus) foi construída a partir de um modelo econômico antigo extraído do mundo secular; em seguida, através de uma reflexão sobre o papel dos anjos na economia divina (em suas duas faces transcendente e imanente: ser e agir, reino e governo), o modelo econômico teológico foi secularizado; depois, a política moderna, a partir desse modelo, foi reduzida à biopolítica e hipertrofiou o todo-econômico; por fim, é necessário desativar esse modelo, reintroduzindo nele uma dimensão de contemplação. Foi por isso que propus um retorno a Ef 3 (quinta parte), onde o discurso paulino que menciona “a economia do mistério” já articula um plano celestial angélico com um plano terrestre eclesial, em que aqueles que realizam a experiência messiânica participam da própria vida de Deus.

Sucintamente, podemos destacar os seguintes pontos:

- A definição de “economia” proposta por Agamben é sustentável, ou seja, ele introduz a metáfora da organização doméstica para falar de Deus e da comunidade messiânica.

- As inversões que ele observa, com propriedade, da “economia do mistério” em “mistério da economia” e do “ministério do mistério” em “mistério do ministério”, talvez pareçam atraentes e jogos de palavras (e talvez não sejam tão decisivas como ele afirma), mas certamente se prestam à sua argumentação para mistificar a economia (e seu avatar, o todo-econômico contemporâneo).

- Em outras palavras, em sua investigação sobre a estrutura “econômica” da biopolítica moderna, Agamben usa brilhantemente a teologia para diagnosticar e explicar as aporias de nossos governos e governanças contemporâneos.

- O método filológico de Agamben – seu hábito de seguir o rastro de uma palavra – pode impedi-lo de acompanhar os enunciados dentro de um discurso.

- Um ponto cego da análise da Trindade em termos econômicos, como proposto por Agamben, é ignorar o discurso paulino em termos de participação mística no mistério de Deus – nada menos que isso.

Publicações do Instituto Humanitas Unisinos



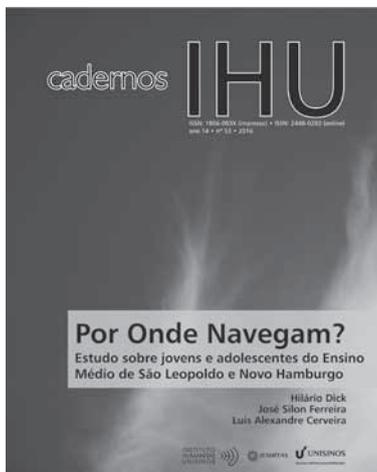
Nº 48 – *Mineração e o impulso à desigualdade: impactos ambientais e sociais*

Cadernos IHU em formação é uma publicação do Instituto Humanitas Unisinos – IHU que reúne entrevistas e artigos sobre o mesmo tema, já divulgados na revista *IHU On-Line* e nos Cadernos IHU ideias. Desse modo, queremos facilitar a discussão na academia e fora dela, sobre temas considerados de fronteira, relacionados com a ética, o trabalho, a teologia pública, a filosofia, a política, a economia, a literatura, os movimentos sociais etc., que caracterizam o Instituto Humanitas Unisinos – IHU.



Nº 130 – *Deslocamentos genealógicos da economia teológica segundo Agamben* – Joel Decothé Junior

A publicação dos Cadernos Teologia Pública, sob a responsabilidade do Instituto Humanitas Unisinos – IHU, quer ser uma contribuição para a relevância pública da teologia na universidade e na sociedade. A Teologia Pública busca articular a reflexão teológica em diálogo com as ciências, as culturas e as religiões, de modo interdisciplinar e transdisciplinar. Procura-se, assim, a participação ativa nos debates que se desdobram na esfera pública da sociedade. Os desafios da vida social, política, econômica e cultural da sociedade hoje, especialmente a exclusão socioeconômica de imensas camadas da população, constituem o horizonte da teologia pública. Os Cadernos Teologia Pública se inscrevem nesta perspectiva.



Nº 53 – *Por Onde Navegam? Estudo sobre jovens e adolescentes do Ensino Médio de São Leopoldo e Novo Hamburgo* – Hilário Dick, José Silon Ferreira & Luis Alexandre Cerveira

Os Cadernos IHU divulgam pesquisas produzidas por professores/pesquisadores e por alunos dos cursos de Pós-Graduação, bem como trabalhos de conclusão de acadêmicos dos cursos de Graduação. Os artigos publicados abordam os temas ética, trabalho e teologia pública, que correspondem aos eixos do Instituto Humanitas Unisinos – IHU.



Nº 268 – *Contato e improvisação: O que pode querer dizer autonomia?* – Alana Moraes de Souza

Os Cadernos IHU ideias apresentam artigos produzidos pelos convidados-palestrantes dos eventos promovidos pelo IHU. A diversidade dos temas, abrangendo as mais diferentes áreas do conhecimento, é um dado a ser destacado nesta publicação, além de seu caráter científico e de agradável leitura.

CADERNOS IHU IDEIAS

- N. 01 *A teoria da justiça de John Rawls* – José Nedel
- N. 02 *O feminismo ou os feminisms: Uma leitura das produções teóricas* – Edla Eggert
- N. 03 *O Serviço Social Junto ao Fórum de Mulheres em São Leopoldo* – Clair Ribeiro Ziebell e Acadêmicas Anemarie Kirsch Deutrich e Magali Beatriz Strauss
- N. 04 *O programa Linha Direta: a sociedade segundo a TV Globo* – Sonia Montaño
- N. 05 *Ernani M. Fiori – Uma Filosofia da Educação Popular* – Luiz Gilberto Kronbauer
- N. 06 *O ruído de guerra e o silêncio de Deus* – Manfred Zeuch
- N. 07 *BRASIL: Entre a Identidade Vazia e a Construção do Novo* – Renato Janine Ribeiro
- N. 08 *Mundos televisivos e sentidos identitários na TV* – Suzana Kilpp
- N. 09 *Simões Lopes Neto e a Invenção do Gaúcho* – Márcia Lopes Duarte
- N. 10 *Olígonos midiáticos: a televisão contemporânea e as barreiras à entrada* – Valério Cruz Brittos
- N. 11 *Futebol, mídia e sociedade no caminho da roça: reflexões a partir de um jogo* – Edison Luís Gastaldo
- N. 12 *Os 100 anos de Theodor Adorno e a Filosofia depois de Auschwitz* – Márcia Tiburi
- N. 13 *A domesticação do exótico* – Paula Caleffi
- N. 14 *Pomeranas parceiras no caminho da roça: um jeito de fazer Igreja, Teologia e Educação Popular* – Edla Eggert
- N. 15 *Julio de Castilhos e Borges de Medeiros: a prática política no RS* – Gunter Axt
- N. 16 *Medicina social: um instrumento para denúncia* – Stela Nazareth Meneghel
- N. 17 *Mudanças de significado da tatuagem contemporânea* – Débora Krichke Leitão
- N. 18 *As sete mulheres e as negras sem rosto: ficção, história e trivialidade* – Mário Maestrí
- N. 19 *Um itinerário do pensamento de Edgar Morin* – Maria da Conceição de Almeida
- N. 20 *Os donos do Poder, de Raymundo Faoro* – Helga Iracema Ladgraf Piccolo
- N. 21 *Sobre técnica e humanismo* – Oswaldo Giacóia Junior
- N. 22 *Construindo novos caminhos para a intervenção societária* – Lucilda Selli
- N. 23 *Física Quântica: da sua pré-história à discussão sobre o seu conteúdo essencial* – Paulo Henrique Dionísio
- N. 24 *Atualidade da filosofia moral de Kant, desde a perspectiva de sua crítica a um solipsismo prático* – Valério Rohden
- N. 25 *Imagens da exclusão no cinema nacional* – Miriam Rossini
- N. 26 *A estética discursiva da tevê e a (des)configuração da informação* – Nísia Martins do Rosário
- N. 27 *O discurso sobre o voluntariado na Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS* – Rosa Maria Serra Bavaresco
- N. 28 *O modo de objetivização jornalística* – Beatriz Alcaraz Marocco
- N. 29 *A cidade afetada pela cultura digital* – Paulo Edison Belo Reyes
- N. 30 *Prevalência de violência de gênero perpetrada por companheiro: Estudo em um serviço de atenção primária à saúde* – Porto Alegre, RS – José Fernando Dresch Kronbauer
- N. 31 *Getúlio, romance ou biografia?* – Juremir Machado da Silva
- N. 32 *A crise e o êxodo da sociedade salarial* – André Gorz
- N. 33 *Á meia luz: a emergência de uma Teologia Gay* – Seus dilemas e possibilidades – André Sidnei Muskopf
- N. 34 *O vampirismo no mundo contemporâneo: algumas considerações* – Marcelo Pizarro Noronha
- N. 35 *O mundo do trabalho em mutação: As reconfigurações e seus impactos* – Marco Aurelio Santana
- N. 36 *Adam Smith: filósofo e economista* – Ana Maria Bianchi e Antonio Tiago Loureiro Araújo dos Santos
- N. 37 *Igreja Universal do Reino de Deus no contexto do emergente mercado religioso brasileiro: uma análise antropológica* – Ailton Luiz Jungblut
- N. 38 *As concepções teórico-analíticas e as proposições de política econômica de Keynes* – Fernando Ferrari Filho
- N. 39 *Rosa Egípcia: Uma Santa Africana no Brasil Colonial* – Luiz Mott
- N. 40 *Malthus e Ricardo: duas visões de economia política e de capitalismo* – Gentil Corazza
- N. 41 *Corpo e Agenda na Revista Feminina* – Adriana Braga
- N. 42 *A (anti)filosofia de Karl Marx* – Leda Maria Paulani
- N. 43 *Veblen e o Comportamento Humano: uma avaliação após um século de "A Teoria da Classe Ociosa"* – Leonardo Monteiro Monasterio
- N. 44 *Futebol, Mídia e Sociabilidade. Uma experiência etnográfica* – Edison Luis Gastaldo, Rodrigo Marques Leistner, Ronei Teodoro da Silva e Samuel McGinty
- N. 45 *Genealogia da religião. Ensaio de leitura sistêmica de Marcel Gauchet. Aplicação à situação atual do mundo* – Gérard Donnadieu
- N. 46 *A realidade quântica como base da visão de Teilhard de Chardin e uma nova concepção da evolução biológica* – Lothar Schäfer
- N. 47 *"Esta terra tem dono". Disputas de representação sobre o passado missionário no Rio Grande do Sul: a figura de Sepé Tiaraju* – Ceres Karam Brum
- N. 48 *O desenvolvimento econômico na visão de Joseph Schumpeter* – Achyles Barcelos da Costa
- N. 49 *Religião e elo social. O caso do cristianismo* – Gérard Donnadieu
- N. 50 *Copérnico e Kepler: como a terra saiu do centro do universo* – Geraldo Monteiro Sigaud
- N. 51 *Modernidade e pós-modernidade – luzes e sombras* – Evilázio Teixeira
- N. 52 *Violências: O olhar da saúde coletiva* – Elida Azevedo Henning e Stela Nazareth Meneghel
- N. 53 *Ética e emoções morais* – Thomas Kesseling
- N. 54 *Juizos ou emoções: de quem é a primazia na moral?* – Adriano Naves de Brito
- N. 55 *Computação Quântica. Desafios para o Século XXI* – Fernando Haas
- N. 56 *Atividade da sociedade civil relativa ao desarmamento na Europa e no Brasil* – An Vranckx
- N. 57 *Terra habitável: o grande desafio para a humanidade* – Gilberto Dupas
- N. 58 *O decrescimento como condição de uma sociedade convivial* – Serge Latouche
- N. 59 *A natureza da natureza: auto-organização e caos* – Günter Koppers
- N. 60 *Sociedade sustentável e desenvolvimento sustentável: limites e possibilidades* – Hazel Henderson
- N. 61 *Globalização – mas como?* – Karen Gloy
- N. 62 *A emergência da nova subjetividade operária: a sociabilidade invertida* – Cesar Sanson
- N. 63 *Incidente em Antares e a Trajetória de Ficção de Erico Veríssimo* – Regina Zilberman
- N. 64 *Três episódios de descoberta científica: da caricatura empirista a uma outra história* – Fernando Lang da Silveira e Luiz O. Q. Peduzzi
- N. 65 *Negações e Silenciamentos no discurso acerca da Juventude* – Cátia Andressa da Silva
- N. 66 *Getúlio e a Gira: a Umbanda em tempos de Estado Novo* – Artur Cesar Isaia
- N. 67 *Darcy Ribeiro e o O povo brasileiro: uma alegoria humanista tropical* – Léa Freitas Perez
- N. 68 *Adoecer: Morrer ou Viver? Reflexões sobre a cura e a não cura nas reduções jesuítico-guaranis (1609-1675)* – Eliane Cristina Deckmann Fleck
- N. 69 *Em busca da terceira margem: O olhar de Nelson Pereira dos Santos na obra de Guimarães Rosa* – João Guilherme Barone

- N. 68 *Contingência nas ciências físicas* – Fernando Haas
- N. 69 *A cosmologia de Newton* – Ney Lemke
- N. 70 *Física Moderna e o paradoxo de Zenon* – Fernando Haas
- N. 71 *O passado e o presente em Os Inconfidentes*, de Joaquim Pedro de Andrade – Miriam de Souza Rossini
- N. 72 *Da religião e de juventude: modulações e articulações* – Léa Freitas Perez
- N. 73 *Tradição e ruptura na obra de Guimarães Rosa* – Eduardo F. Coutinho
- N. 74 *Raça, nação e classe na historiografia de Moysés Vellinho* – Mário Maestri
- N. 75 *A Geologia Arqueológica na Unisinos* – Carlos Henrique Nowatzki
- N. 76 *Campesinato negro no período pós-abolição: repensando Coronelismo, enxada e voto* – Ana Maria Lução Rios
- N. 77 *Progresso: como mito ou ideologia* – Gilberto Dupas
- N. 78 *Michael Aglietta: da Teoria da Regulação à Violência da Moeda* – Octávio A. C. Conceição
- N. 79 *Dante de Laytano e o negro no Rio Grande Do Sul* – Moacyr Flores
- N. 80 *Do pré-urbano ao urbano: A cidade missioneira colonial e seu território* – Arno Alvarez Kern
- N. 81 *Entre Canções e versos: alguns caminhos para a leitura e a produção de poemas na sala de aula* – Gláucia de Souza
- N. 82 *Trabalhadores e política nos anos 1950: a ideia de "sindicalismo populista" em questão* – Marco Aurélio Santana
- N. 83 *Dimensões normativas da Bioética* – Alfredo Culleton e Vicente de Paulo Barretto
- N. 84 *A Ciência como instrumento de leitura para explicar as transformações da natureza* – Alício Chassot
- N. 85 *Demanda por empresas responsáveis e Ética Concorrencial: desafios e uma proposta para a gestão da ação organizada do varejo* – Patrícia Almeida Ashley
- N. 86 *Autonomia na pós-modernidade: um delírio?* – Mario Fleig
- N. 87 *Gauchismo, tradição e Tradicionalismo* – Maria Eunice Maciel
- N. 88 *A ética e a crise da modernidade: uma leitura a partir da obra de Henrique C. de Lima Vaz* – Marcelo Perine
- N. 89 *Limites, possibilidades e contradições da formação humana na Universidade* – Laurício Neumann
- N. 90 *Os índios e a História Colonial: lendo Cristina Pompa e Regina Almeida* – Maria Cristina Bohn Martins
- N. 91 *Subjetividade moderna: possibilidades e limites para o cristianismo* – Franklin Leopoldo e Silva
- N. 92 *Saberes populares produzidos numa escola de comunidade de catadores: um estudo na perspectiva da Etnomatemática* – Daiane Martins Bocasanta
- N. 93 *A religião na sociedade dos indivíduos: transformações no campo religioso brasileiro* – Carlos Alberto Steil
- N. 94 *Movimento sindical: desafios e perspectivas para os próximos anos* – Cesar Sanson
- N. 95 *De volta para o futuro: os precursores da nanotecnologia* – Peter A. Schulz
- N. 96 *Vianna Moog como intérprete do Brasil* – Enildo de Moura Carvalho
- N. 97 *A paixão de Jacobina: uma leitura cinematográfica* – Mariñés Andrea Kunz
- N. 98 *Resiliência: um novo paradigma que desafia as religiões* – Susana Maria Rocca Larrosa
- N. 99 *Sociabilidades contemporâneas: os jovens na lan house* – Vanessa Andrade Pereira
- N. 100 *Autonomia do sujeito moral em Kant* – Valério Rohden
- N. 101 *As principais contribuições de Milton Friedman à Teoria Monetária: parte 1* – Roberto Camps Moraes
- N. 102 *Uma leitura das inovações bio(nano)tecnológicas a partir da sociologia da ciência* – Adriano Premebida
- N. 103 *ECODI – A criação de espaços de convivência digital virtual no contexto dos processos de ensino e aprendizagem em metaverso* – Eliane Schlemmer
- N. 104 *As principais contribuições de Milton Friedman à Teoria Monetária: parte 2* – Roberto Camps Moraes
- N. 105 *Futebol e identidade feminina: um estudo etnográfico sobre o núcleo de mulheres gremistas* – Marcelo Pizarro Noronha
- N. 106 *Justificação e prescrição produzidas pelas Ciências Humanas: Igualdade e Liberdade nos discursos educacionais contemporâneos* – Paula Corrêa Henning
- N. 107 *Da civilização do segredo à civilização da exibição: a família na vitrine* – Maria Isabel Barros Bellini
- N. 108 *Trabalho associado e ecologia: vislumbrando um ethos solidário, temo e democrático?* – Telmo Adams
- N. 109 *Transumanismo e nanotecnologia molecular* – Celso Candeido de Azambuja
- N. 110 *Formação e trabalho em narrativas* – Leandro R. Pinheiro
- N. 111 *Autonomia e submissão: o sentido histórico da administração* – Yeda Crusius no Rio Grande do Sul – Mário Maestri
- N. 112 *A comunicação paulina e as práticas publicitárias: São Paulo e o contexto da plausibilidade e propaganda* – Denis Gerson Simões
- N. 113 *Isto não é uma janela: Fluxider, Surrealismo e o jogo contra* – Esp. Yentl Delanhési
- N. 114 *SBT: jogo, televisão e imaginário de azar brasileiro* – Sonia Montaño
- N. 115 *Educação cooperativa solidária: perspectivas e limites* – Carlos Daniel Baloto
- N. 116 *Humanizar o humano* – Roberto Carlos Fávero
- N. 117 *Quando o mito se torna verdade e a ciência, religião* – Rober Freitas Bachinski
- N. 118 *Colonizando e descolonizando mentes* – Marcelo Dascal
- N. 119 *A espiritualidade como fator de proteção na adolescência* – Luciana F. Marques e Débora D. Dell'Aglio
- N. 120 *A dimensão coletiva da liderança* – Patrícia Martins Fagundes Cabral e Nedio Seminotti
- N. 121 *Nanotecnologia: alguns aspectos éticos e teológicos* – Eduardo R. Cruz
- N. 122 *Direito das minúsculas e Direito à diferenciação* – José Rogério Lopes
- N. 123 *Os direitos humanos e as nanotecnologias: em busca de marcos regulatórios* – Wilson Engelmann
- N. 124 *Desejo e violência* – Rosane de Abreu e Silva
- N. 125 *As nanotecnologias no ensino* – Solange Binotto Fagan
- N. 126 *Câmara Cascudo: um historiador católico* – Bruna Raíaela de Lima
- N. 127 *O que o câncer faz com as pessoas? Reflexos na literatura universal: Leo Tolstói* – Thomas Mann – Alexander Soltjenitsin – Phillip Roth – Karl-Josef Kuschel
- N. 128 *Dignidade da pessoa humana e o direito fundamental à identidade genética* – Ingo Wolfgang Sarlet e Selma Rodrigues Pettele
- N. 129 *Aplicações de caos e complexidade em ciências da vida* – Ivan Amaral Guerini
- N. 130 *Nanotecnologia e meio ambiente para uma sociedade sustentável* – Paulo Roberto Martins
- N. 131 *A philia como critério de inteligibilidade da mediação comunitária* – Rosa Maria Zaia Borges Abrão
- N. 132 *Linguagem, singularidade e atividade de trabalho* – Marlene Teixeira e Ederson de Oliveira Cabral
- N. 133 *A busca pela segurança jurídica na jurisdição e no processo sob a ótica da teoria dos sistemas sociais de Niklass Luhmann* – Leonardo Grison
- N. 134 *Motores Biomoleculares* – Ney Lemke e Luciano Hennemann
- N. 135 *As redes e a construção de espaços sociais na digitalização* – Ana Maria Oliveira Rosa
- N. 136 *De Marx a Durkheim: algumas apropriações teóricas para o estudo das religiões afro-brasileiras* – Rodrigo Marques Leistner
- N. 137 *Redes sociais e enfrentamento do sofrimento psíquico: sobre como as pessoas reconstruem suas vidas* – Breno Augusto Souto Maior Fontes
- N. 138 *As sociedades indígenas e a economia do dom: O caso dos guaranis* – Maria Cristina Bohn Martins
- N. 139 *Nanotecnologia e a criação de novos espaços e novas identidades* – Marise Borba da Silva
- N. 140 *Platão e os Guarani* – Beatriz Helena Domingues
- N. 141 *Direitos humanos na mídia brasileira* – Diego Airosa da Motta

- N. 142 *Jornalismo Infantil: Apropriações e Aprendizagens de Crianças na Recepção da Revista Recreio* – Greycy Vargas
- N. 143 *Derrida e o pensamento da desconstrução: o redimensionamento do sujeito* – Paulo Cesar Duque-Estrada
- N. 144 *Inclusão e Biopolítica* – Maura Corcini Lopes, Kamila Lockmann, Morgana Domênica Hattge e Viviane Klaus
- N. 145 *Os povos indígenas e a política de saúde mental no Brasil: composição simétrica de saberes para a construção do presente* – Bianca Sordi Stock
- N. 146 *Reflexões estruturais sobre o mecanismo de REDD* – Camilla Moreno
- N. 147 *O animal como próximo: por uma antropologia dos movimentos de defesa dos direitos animais* – Caetano Sordi
- N. 148 *Avaliação econômica de impactos ambientais: o caso do aterro sanitário em Canoas-RS* – Fernanda Schutz
- N. 149 *Cidadania, autonomia e renda básica* – Josué Pereira da Silva
- N. 150 *Imagética e formações religiosas contemporâneas: entre a performance e a ética* – José Rogério Lopes
- N. 151 *As reformas político-econômicas pombalinas para a Amazônia: e a expulsão dos jesuítas do Grão-Pará e Maranhão* – Luiz Fernando Medeiros Rodrigues
- N. 152 *Entre a Revolução Mexicana e o Movimento de Chiapas: a tese da hegemonia burguesa no México ou "por que voltar ao México 100 anos depois"* – Claudia Wasserman
- N. 153 *Globalização e o pensamento econômico franciscano: Orientação do pensamento econômico franciscano e Caritas in Veritate* – Stefano Zamagni
- N. 154 *Ponto de cultura teko arandu: uma experiência de inclusão digital indígena na aldeia kaiowá e guarani Te'yikue no município de Caarapá-MS* – Neimar Machado de Sousa, Antonio Brand e José Francisco Sarmento
- N. 155 *Civilizar a economia: o amor e o lucro após a crise econômica* – Stefano Zamagni
- N. 156 *Intermitências no cotidiano: a clínica como resistência inventiva* – Mário Francis Petry Londero e Simone Mainieri Paulon
- N. 157 *Democracia, liberdade positiva, desenvolvimento* – Stefano Zamagni
- N. 158 *"Passemos para a outra margem": da homofobia ao respeito à diversidade* – Omar Lucas Perout Fortes de Sales
- N. 159 *A ética católica e o espírito do capitalismo* – Stefano Zamagni
- N. 160 *O Slow Food e novos princípios para o mercado* – Eriberto Nascente Silveira
- N. 161 *O pensamento ético de Henri Bergson: sobre as duas fontes da moral e da religião* – André Brayner de Farias
- N. 162 *O modus operandi das políticas econômicas keynesianas* – Fernando Ferrari Filho e Fábio Henrique Biltes Terra
- N. 163 *Cultura popular tradicional: novas mediações e legitimizações culturais de mestres populares paulistas* – André Luiz da Silva
- N. 164 *Será o decrescimento a boa nova de Ivan Illich?* – Serge Latouche
- N. 165 *Agostos! A "Crise da Legalidade": vista da janela do Consulado dos Estados Unidos em Porto Alegre* – Carla Simone Rodeghero
- N. 166 *Convivialidade e decrescimento* – Serge Latouche
- N. 167 *O impacto da plantação extensiva de eucalipto nas culturas tradicionais: Estudo de caso de São Luiz do Paraitinga* – Marcelo Henrique Santos Toledo
- N. 168 *O decrescimento e o sagrado* – Serge Latouche
- N. 169 *A busca de um ethos planetário* – Leonardo Boff
- N. 170 *O salto mortal de Louk Hulsman e a desinstitucionalização do ser: um convite ao abolicionismo* – Marco Antonio de Abreu Scapini
- N. 171 *Sub specie aeternitatis – O uso do conceito de tempo como estratégia pedagógica de religação dos saberes* – Gerson Egas Severo
- N. 172 *Theodor Adorno e a frieza burguesa em tempos de tecnologias digitais* – Bruno Pucci
- N. 173 *Técnicas de si nos textos de Michel Foucault: A influência do poder pastoral* – João Roberto Barros II
- N. 174 *Da mônada ao social: A intersubjetividade segundo Levinas* – Marcelo Fabri
- N. 175 *Um caminho de educação para a paz segundo Hobbes* – Lucas Mateus Dalsoto e Everaldo Cescon
- N. 176 *Da magnitude e ambivalência à necessária humanização da tecnologia segundo Hans Jonas* – Jelson Roberto de Oliveira
- N. 177 *Um caminho de educação para a paz segundo Locke* – Odair Camali e Paulo César Nodari
- N. 178 *Crime e sociedade estamental no Brasil: De como a lei es como la serpiente: solo pica a los descalzos* – Lenio Luiz Streck
- N. 179 *Um caminho de educação para a paz segundo Rousseau* – Mateus Boldori e Paulo César Nodari
- N. 180 *Limites e desafios para os direitos humanos no Brasil: entre o reconhecimento e a concretização* – Afonso Maria das Chagas
- N. 181 *Apátridas e refugiados: direitos humanos a partir da ética da alteridade* – Gustavo Oliveira de Lima Pereira
- N. 182 *Censo 2010 e religiões: reflexões a partir do novo mapa religioso brasileiro* – José Rogério Lopes
- N. 183 *A Europa e a ideia de uma economia civil* – Stefano Zamagni
- N. 184 *Para um discurso jurídico-penal libertário: a pena como dispositivo político (ou o direito penal como "discurso-limite")* – Augusto Jobim do Amaral
- N. 185 *A identidade e a missão de uma universidade católica na atualidade* – Stefano Zamagni
- N. 186 *A hospitalidade frente ao processo de reassentamento solidário aos refugiados* – Joseane Mariéle Schuck Pinto
- N. 187 *Os arranjos colaborativos e complementares de ensino, pesquisa e extensão na educação superior brasileira e sua contribuição para um projeto de sociedade sustentável no Brasil* – Marcelo F. de Aquino
- N. 188 *Os riscos e as loucuras dos discursos da razão no campo da prevenção* – Luis David Castel
- N. 189 *Produções tecnológicas e biomédicas e seus efeitos produtivos e prescritivos nas práticas sociais e de gênero* – Marlene Tamanini
- N. 190 *Ciência e justiça: Considerações em torno da apropriação da tecnologia de DNA pelo direito* – Claudia Fonseca
- N. 191 *#VEMpraRUA: Outono brasileiro? Leituras* – Bruno Lima Rocha, Carlos Gadea, Giovanni Alves, Giuseppe Cocco, Luiz Werneck Vianna e Rudá Ricci
- N. 192 *A ciência em ação de Bruno Latour* – Leticia de Luna Freire
- N. 193 *Laboratórios e Extrações: quando um problema técnico se torna uma questão sociotécnica* – Rodrigo Ciconet Dornelles
- N. 194 *A pessoa na era da biopolítica: autonomia, corpo e subjetividade* – Heloisa Helena Barboza
- N. 195 *Felicidade e Economia: uma retrospectiva histórica* – Pedro Henrique de Moraes Campeti e Tiago Wickstrom Alves
- N. 196 *A colaboração de Jesuítas, Leigos e Leigas nas Universidades confiadas à Companhia de Jesus: o diálogo entre humanismo evangélico e humanismo tecnocientífico* – Adolfo Nicolás
- N. 197 *Brasil: verso e reverso constitucional* – Fábio Konder Comparato
- N. 198 *Sem-religião no Brasil: Dois estranhos sob o guarda-chuva* – Jorge Claudio Ribeiro
- N. 199 *Uma ideia de educação segundo Kant: uma possível contribuição para o século XXI* – Felipe Braganolo e Paulo César Nodari
- N. 200 *Aspectos do direito de resistir e a luta social por moradia urbana: a experiência da ocupação Raízes da Praia* – Natalia Martinuzzi Castilho
- N. 201 *Desafios éticos, filosóficos e políticos da biologia sintética* – Jordi Maiso
- N. 202 *Fim da Política, do Estado e da cidadania?* – Roberto Romano
- N. 203 *Constituição Federal e Direitos Sociais: avanços e recuos da cidadania* – Maria da Glória Gohn
- N. 204 *As origens históricas do racionalismo, segundo Feyerabend* – Miguel Angelo Flach
- N. 205 *Compreensão histórica do regime empresarial-militar brasileiro* – Fábio Konder Comparato

- N. 206 *Sociedade tecnológica e a defesa do sujeito: Technological society and the defense of the individual* – Karla Saraiva
- N. 207 *Territórios da Paz: Territórios Produtivos?* – Giuseppe Cocco
- N. 208 *Justiça de Transição como Reconhecimento: limites e possibilidades do processo brasileiro* – Roberta Camineiro Baggio
- N. 209 *As possibilidades da Revolução em Ellul* – Jorge Barrientos-Parra
- N. 210 *A grande política em Nietzsche e a política que vem em Agamben* – Márcia Rosane Junges
- N. 211 *Foucault e a Universidade: Entre o governo dos outros e o governo de si mesmo* – Sandra Caponi
- N. 212 *Verdade e História: arqueologia de uma relação* – José D'Assunção Barros
- N. 213 *A Relevante Herança Social do Pe. Amstad SJ* – José Odelso Schneider
- N. 214 *Sobre o dispositivo. Foucault, Agamben, Deleuze* – Sandro Chignola
- N. 215 *Repensar os Direitos Humanos no Horizonte da Liberdade* – Alejandro Rosillo Martínez
- N. 216 *A realidade complexa da tecnologia* – Alberto Cupani
- N. 217 *A Arte da Ciência e a Ciência da Arte: Uma abordagem a partir de Paul Feyerabend* – Hans Georg Flickinger
- N. 218 *O ser humano na idade da técnica* – Humberto Galimberti
- N. 219 *A Racionalidade Contextualizada em Feyerabend e suas Implicações Éticas: Um Paralelo com Alasdair MacIntyre* – Halina Macedo Leal
- N. 220 *O Marquês de Pombal e a Invenção do Brasil* – José Eduard Franco
- N. 221 *Neurofuturos para sociedades de controle* – Timothy Lenoir
- N. 222 *O poder judiciário no Brasil* – Fábio Konder Comparato
- N. 223 *Os marcos e as ferramentas éticas das tecnologias de gestão* – Jesus Conill Sancho
- N. 224 *O restabelecimento da Companhia de Jesus no extremo sul do Brasil (1842-1867)* – Luiz Fernando Medeiros Rodrigues
- N. 225 *O grande desafio dos indígenas nos países andinos: seus direitos sobre os recursos naturais* – Xavier Albo
- N. 226 *Justiça e perdão* – Xabier Etxebarria Mauleon
- N. 227 *Paraguai: primeira vigilância massiva norte-americana e a descoberta do Arquivo do Terror (Operação Condor)* – Martín Almada
- N. 228 *A vida, o trabalho, a linguagem. Biopolítica e biocapitalismo* – Sandro Chignola
- N. 229 *Um olhar biopolítico sobre a bioética* – Anna Quintanas Feixas
- N. 230 *Biopoder e a constituição étnico-racial das populações: Racialismo, eugenia e a gestão biopolítica da mestiçagem no Brasil* – Gustavo da Silva Kern
- N. 231 *Bioética e biopolítica na perspectiva hermenêutica: uma ética do cuidado da vida* – Jesus Conill Sancho
- N. 232 *Migrantes por necessidade: o caso dos senegaleses no Norte do Rio Grande do Sul* – Dirceu Benincá e Vânia Aguiar Pinheiro
- N. 233 *Capitalismo biocognitivo e trabalho: desafios à saúde e segurança* – Elsa Cristine Bevilan
- N. 234 *O capital no século XXI e sua aplicabilidade à realidade brasileira* – Róber Iturril Avila e João Batista Santos Conção
- N. 235 *Biopolítica, raça e nação no Brasil (1870-1945)* – Mozart Linhares da Silva
- N. 236 *Economias Biopolíticas da Dívida* – Michael A. Peters
- N. 237 *Paul Feyerabend e Contra o Método: Quarenta Anos do início de uma Provocação* – Halina Macedo Leal
- N. 238 *O trabalho nos frigoríficos: escrividão local e global?* – Leandro Inácio Walter
- N. 239 *Brasil: Dialética da dissimulação* – Fábio Konder Comparato
- N. 240 *O irrepresentável* – Homero Santiago
- N. 241 *O poder pastoral, as artes de governo e o estado moderno* – Castor Bartolomé Ruiz
- N. 242 *Uma crise de sentido, ou seja, de direção* – Stefano Zamagni
- N. 243 *Diagnóstico Socioterritorial entre o chão e a gestão* – Dirce Koga
- N. 244 *A função-educador na perspectiva da biopolítica e da governamentalidade neoliberal* – Alexandre Filardi de Carvalho
- N. 245 *Esquecer o neoliberalismo: aceleração como terceiro espírito do capitalismo* – Moysés da Fountoura Pinto Neto
- N. 246 *O conceito de subsunção do trabalho ao capital: rumo à subsunção da vida no capitalismo biocognitivo* – Andrea Fumagalli
- N. 247 *Educação, indivíduo e biopolítica: A crise do governo* – Dora Lilia Marin-Díaz
- N. 248 *Reinvenção do espaço público e político: o individualismo atual e a possibilidade de uma democracia* – Roberto Romano
- N. 249 *Jesuitas em campo: a Companhia de Jesus e a questão agrária no tempo do CLACIAS (1966-1980)* – Iraneudson Santos Costa
- N. 250 *A Liberdade Viglada: Sobre Privacidade, Anonimato e Vigilância com a Internet* – Pedro Antonio Dourado de Rezende
- N. 251 *Políticas Públicas, Capitalismo Contemporâneo e os horizontes de uma Democracia Estrangeira* – Francini Lube Guizardi
- N. 252 *A Justiça, Verdade e Memória: Comissão Estadual da Verdade* – Carlos Frederico Guazzelli
- N. 253 *Reflexões sobre os espaços urbanos contemporâneos: quais as nossas cidades?* – Vinicius Nicastro Honesko
- N. 254 *Ubuntu como ética africana, humanista e inclusiva* – Jean-Bosco Kokozi Kashindi
- N. 255 *Mobilização e ocupações dos espaços físicos e virtuais: possibilidades e limites da reinvenção da política nas metrópoles* – Marcelo Castañeda
- N. 256 *Indicadores de Bem-Estar Humano para Povos Tradicionais: o caso de uma comunidade indígena na fronteira da Amazônia Brasileira* – Luiz Felipe Barbosa Lacerda e Luiz Eduardo Acosta Muñoz
- N. 257 *Cerrado. O laboratório antropológico ameaçado pela desterritorialização* – Altair Sales Barbosa
- N. 258 *O impensado como potência e a desativação das máquinas de poder* – Rodrigo Karmy Bolton
- N. 259 *Identidade de Esquerda ou Pragmatismo Radical?* – Moysés Pinto Neto
- N. 260 *Itinerários versados: redes e identizações nas periferias de Porto Alegre?* – Leandro Rogério Pinheiro
- N. 261 *Fugindo para a frente: limites da reinvenção da política no Brasil contemporâneo* – Henrique Costa
- N. 262 *As sociabilidades virtuais glocalizadas na metrópole: experiências do ativismo cibernético do grupo Direitos Urbanos no Recife* – Breno Augusto Souto Maior Fontes e Davi Barbosa Cavalcanti
- N. 263 *Seis hipóteses para ler a conjuntura brasileira* – Sauro Bellezza
- N. 264 *Saúde e igualdade: a relevância do Sistema Único de Saúde (SUS)* – Stela N. Meneghel
- N. 265 *Economia política aristotélica: cuidando da casa, cuidando do comum* – Armando de Melo Lisboa
- N. 266 *Contribuições da teoria biopolítica para a reflexão sobre os direitos humanos* – Aline Albuquerque
- N. 267 *O que resta da ditadura? Estado democrático de direito e exceção no Brasil* – Giuseppe Tosi
- N. 268 *Contato e improvisação: O que pode querer dizer autonomia?* – Alana Moraes de Souza
- N. 269 *A perversão da política moderna: a apropriação de conceitos teológicos pela máquina governamental do Ocidente* – Osiel Lourenço de Carvalho
- N. 270 *O campo de concentração: Um marco para a (bio) política moderna* – Viviane Zaremski Braga
- N. 271 *O que caminhar ensina sobre o bem-viver? Thoreau e o apelo da natureza* – Flavio Williges
- N. 272 *Interfaces da morte no imaginário da cultura popular mexicana* – Rafael Lopez Villaseñor
- N. 273 *Poder, persuasão e novos domínios da(s) identidade(s) diante do(s) fundamentalismo(s) religioso(s) na contemporaneidade brasileira* – Celso Gabatz
- N. 274 *Tarefa da esquerda permanece a mesma: barrar o caráter predatório automático do capitalismo* – Acauam Oliveira
- N. 275 *Tendências econômicas do mundo contemporâneo* – Alessandra Smerilli
- N. 276 *Uma crítica filosófica à teoria da Sociedade do Espetáculo em Guy Debord* – Atilio Machado Peppe
- N. 277 *O Modelo atual de Capitalismo e suas formas de Captura da Subjetividade e de Exploração Social* – José Roque Junges
- N. 278 *Da esperança ao ódio: Juventude, política e pobreza do lulismo ao bolsonarismo* – Rosana Pinheiro-Machado e Lucia Mary Scalco
- N. 279 *O mal-estar na cultura medicamentarizada* – Luis David Castiel



Alain Gignac. Doutor em Teologia Prática, é Diretor do Instituto de Estudos Religiosos da Faculdade de Artes e Ciências (Faculdade de Teologia e Ciências da Religião da Universidade de Montreal) do Canadá, desde 1999, onde leciona Novo Testamento. Especializado no corpus paulino, ele interessa-se pelos métodos de análise sincrônica (retórica, estrutural, narratológica e intertextual) e os seus impactos hermenêuticos.

Algumas Publicações do autor

GIGNAC, Alain. *Narrativité, oralité et performance*. Actes du colloque du RRENAB 2014, Leuven, Peeters (Terra Nova, 4), 2017, 310 p.

_____ «Les lettres catholiques comme discours articulés sur les mises en scène de Ac 15 et Ga 1-2. Hypothèse de travail pour comprendre la pseudépigraphie dans une perspective narratologique et canonique», *Etudes théologiques et religieuses*, 91 (2016) p. 659-672.

_____ «Enunciation, Personification, and Intertextuality Characterization », dans Brisio J. Oropeza et Steve Moyise (dir.), *Exploring Intertextuality: Diverse Strategies for the New Testament Use of Texts*, Eugene (OR), Cascade, 2016, p. 187-206.

Outras contribuições

GIGNAC, Alain. A redescoberta de Paulo pela pós-modernidade. Entrevista Especial publicada por **IHU on- Line**, em 20 de dezembro de 2008. Disponível em:<http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/19055>.



UNISINOS